

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS  
CONTÁBEIS, ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E  
SERVIÇO SOCIAL (FACES).  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ANA LUIZA BERNARDES PEREIRA XAVIER**

**A RELEVÂNCIA DO CADASTRO ÚNICO NOS PROGRAMAS:  
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) E PROGRAMA  
BOLSA FAMÍLIA (PBF)**

ITUIUTABA

2019

**ANA LUIZA BERNARDES PEREIRA XAVIER**

**A RELEVÂNCIA DO CADASTRO ÚNICO NOS PROGRAMAS: BENEFÍCIO DE  
PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social – Universidade Federal de Uberlândia - como um dos requisitos necessários para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.(a) Dra. Luzilene de Almeida Martiniano

ITUIUTABA

2019

**ANA LUIZA BERNARDES PEREIRA XAVIER**

**A RELEVÂNCIA DO CADASTRO ÚNICO NOS PROGRAMAS: BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social – Universidade Federal de Uberlândia - como um dos requisitos necessários para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.(a) Dra. Luzilene de Almeida Martiniano.

**Banca Examinadora**

Ituiutaba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Prof.(a) Dra. Luzilene de Almeida Martiniano (FACES/UFU)

---

---

*Dedico este trabalho, a minha família que sempre me incentivou e fez o possível para que eu concluísse o curso.*

*Minha mãe Ana Claudia, meu pai Gilson e minha irmã Lívia, com muito amor e gratidão.*

*Em especial a minha mãe, por acreditar em mim e vibrar em cada conquista.*

*Ao meu namorado Luiz, a todo apoio e incentivo.*

*E a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a minha trajetória aqui.*

*Essa vitória é nossa, amo vocês.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente por ter me capacitado e abençoado para que eu conseguisse concluir o curso. Por todas as intercessões e auxílios divinos que recebi em todos os momentos da minha vida.

Pela oportunidade de cursar uma universidade pública, sei que é o sonho de muitos, mas infelizmente nem todos tem a chance de realiza-lo.

Agradeço a Universidade Federal de Uberlândia, campus Pontal por toda formação acadêmica e construção não só profissional, mas também de vida que tive ao longo da graduação.

Aos meus professores, por todos os saberes compartilhados que contribuíram muito para minha formação, sou grata a cada um deles.

Em especial a minha orientadora Luzilene, pelas orientações durante o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso, as correções e os incentivos. Pela paciência e dedicação.

A minha supervisora de campo Gélia, pelo incentivo e conselhos profissionais, e por realizar um estagio no qual me fez ter certeza da escolha que fiz para a minha profissão.

A minha família por toda dedicação e incentivo, me fortaleceram nos momentos em que mais precisei e estavam comigo em todas as dificuldades, e também vibraram com as minhas conquistas.

Agradeço a minha mãe por toda luta e determinação, só ela sabe o que passamos para hoje eu estar aqui escrevendo esses agradecimentos. Meu obrigado é pouco diante de tudo que passamos. Mãe, obrigada por tudo.

Ao meu pai, mesmo no inicio contrariado da minha escolha profissional, eu entendo o seu lado e seu que ao longo do curso você acreditou em mim e torceu para que eu concluísse. Não teria conseguido sem seu apoio, obrigada.

A minha irmã Lívia por todas as conversas e incentivos, e por desejar que tudo desse certo para mim e na minha profissão.

Aos meus familiares. Aqueles que torceram por mim, rezaram e ficaram felizes quando passei na faculdade.

Em especial minha avó Maria Ivone e Tia Tatiana, por toda felicidade e incentivo que demonstra quando falo faculdade, e vibra com as minhas conquistas.

Ao meu namorado Luiz, por me incentivar e apoiar, me falando sempre palavras positivas diante das dificuldades, e me ajudando da forma que podia.

Por todos os colegas de curso e companheiros de trabalho que fizeram parte da minha formação, desejo muito sucesso e luz para cada um de vocês.

A minha amiga Sâmela, pelos incentivos e palavras de apoio e todas as vezes que fortalecemos juntas diante dos desafios da graduação e da vida.

Agradeço ao Projeto de Extensão: Inquietações que permeiam a qualidade de vida do Idoso Institucionalizado da Casa dos Velhos Adolfo Bezerra de Menezes projeto o qual participei desde o início do curso.

Aos Idosos do Projeto de Extensão e aqueles que infelizmente já não estão mais conosco (in memoriam), por toda sabedoria de vida e conselhos. Sou grata por ter conhecido cada um de vocês, e a sabedoria que passaram para mim as quais são indescritíveis de tão maravilhosas, vou guardar cada um de vocês em meu coração e nas minhas orações.

Ao CRAS Pirapitinga e todos os entrevistados que colaboraram para a realização dessa pesquisa.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação, meu muito obrigada.

Essa conquista é nossa, sou muito grata.

*[...] Em tempos de guerra*

*Nunca pare de lutar*

*Não baixe a guarda*

*Nunca pare de lutar*

*Em tempos de guerra*

*Nunca pare de adorar*

*Libera a palavra*

*Profetiza sem parar*

*O escape, o descanso, a cura*

*A recompensa vem sem demora*

*O escape, o descanso, a cura*

*A recompensa vem sem demora [...].*

(Ludmila Farber, *Nunca Pare de Lutar*, 2005)

## RESUMO

Este estudo tem como tema o Cadastro Único e sua relevância na Proteção Social Básica. A pesquisa de campo foi feita no CRAS Pirapitinga em Ituiutaba (Minas Gerais) com quatro beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e três beneficiários do Programa Bolsa Família. O objetivo da pesquisa foi demonstrar a atuação do Serviço Social no acompanhamento das famílias beneficiárias inseridas em programas sociais e a relevância do Cadastro Único ao desenvolver a Proteção Social Básica. Para alcançar estes objetivos foi realizada a pesquisa exploratória, utilizando como procedimento as pesquisas bibliográficas e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de livros, revistas, artigos e meios eletrônicos. Para a realização da pesquisa de campo, foi realizada entrevista a partir de formulário estruturado com questões abertas e fechadas, privilegiando a fala dos sujeitos. Também foi utilizado referencial teórico para estudo dos Programas na Proteção Social Básica. Foi realizada a abordagem qualitativa para análise dos dados coletados.

**Palavras-chave:** Cadastro Único. Proteção Social Básica. Atuação do Serviço Social.

## **ABSTRACT**

This study has as its theme the Cadastro Único and its relevance in Basic Social Protection. Field research was done at CRAS Pirapitinga in Ituiutaba (Minas Gerais) with four beneficiaries of the Continuous Benefit Benefit and three beneficiaries of the Bolsa Família Program. The objective of the research was to demonstrate the Social Service's performance in the monitoring of beneficiary families inserted in social programs and the relevance of the Single Cadastre in developing Basic Social Protection. In order to reach these objectives, the exploratory research was carried out, using bibliographical and field research as a procedure. The bibliographic research was carried out from books, magazines, articles and electronic media. For the accomplishment of the field research, an interview was conducted from a structured form with open and closed questions, privileging the subjects' speech. Also, a theoretical framework was used to study the Programs in Basic Social Protection. A qualitative approach was used to analyze the data collected.

**Keywords:** Single Cadastre. Basic Social Protection. Performance of the Social Worker.

## LISTA DE SIGLAS

- ABEPSS-** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- BPC-** Benefício de Prestação Continuada
- CADSUAS-** Sistema Nacional do SUAS
- CadÚnico-** Cadastro Único
- CECAD-** Consulta Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único
- CEF-** Caixa Econômica Federal
- Centro POP-** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
- CEP-** Código de Endereçamento Postal
- CEP-** Comitê de Ética e Pesquisa
- CFESS-** Conselho Federal de Assistência Serviço Social
- CPF-** Cadastro de Pessoa Física
- CRAS-** Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS-** Centro de Referência Especializado em Assistência Social
- CTPS-** Carteira de Trabalho e Previdência Social
- FMI-** Fundo Monetário Internacional
- IBGE-** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INSS-** Instituto Nacional do Seguro Social
- IPEA-** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- LOAS-** Lei Orgânica de Assistência Social
- NAF-** Núcleo de apoio da Família
- NIS-** Número de Identificação Social
- NOB/SUAS-** Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
- PAIF-** Programa de Atenção Integral à Família
- PBF-** Programa Bolsa Família
- PNAS-** Política Nacional de Assistência Social
- PSB-** Proteção Social Básica
- PSE-** Proteção Social Especial
- PSF-** Programa de Saúde da Família
- RANI-** Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena
- RF-** Responsável Familiar

**RG-** número do Registro Geral

**SEDES-** Secretaria de Desenvolvimento Social

**SEDS-** Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social de Ituiutaba

**SICON-** Sistema de Condicionalidades

**SISC-** Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

**SUAS-** Sistema Único de Assistência Social

**SuasWeb-** Sistema de funcionalidades específico para a gestão do SUAS

**TCLE-** Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMARIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> .....	14
1.1 Criação do SUAS .....	18
1.2 Proteção Social Básica.....	23
1.3 O Cadastro Único: para inclusão de famílias nos programas sociais.....	31
1.4 Benefício de Prestação Continuada (BPC) .....	35
1.5 Programa Bolsa Família (PBF).....	38
1.6 Programas de Transferência de Renda .....	40
<b>CAPÍTULO 2 ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b> .....	43
2.1 Procedimentos Metodológicos .....	46
2.2 Análise de Dados .....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	64
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	68
<b>APÊNDICES</b> .....	71
<b>ANEXOS</b> .....	75

## INTRODUÇÃO

As reflexões iniciadas durante a realização do Estágio Supervisionado I criaram o interesse pelo tema, a assistente social e supervisora de campo que trabalha na Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social de Ituiutaba no setor do CadÚnico acompanhando o desenvolvimento das famílias beneficiárias dos programas de Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Programa Bolsa Família (PBF).

Durante o estágio nos atendimentos e visitas domiciliares da assistente social às famílias acompanhadas, percebi dificuldades dos beneficiários em compreender a funcionalidade e execução dos programas BPC e PBF nos quais é beneficiário, o porquê da realização do Cadastro Único e posteriormente sua atualização e a atuação do serviço social no atendimento das famílias.

Pois, em alguns momentos entre atendimentos e visitas domiciliares notei que alguns beneficiários têm dificuldades em saber como funcionam os programas que estão inseridos e a funcionalidade do CadÚnico no processo de requerimento do benefício.

O Cadastro Único (CadÚnico) por sua vez é uma ferramenta para Programas Sociais do Governo Federal o qual identifica e caracteriza famílias de baixa renda para conhecimento da realidade socioeconômica dessa população. O Cadastro Único faz parte da Proteção Social Básica no que se refere à inclusão de famílias em programas e benefícios criados pelo governo Federal e através do cadastro as famílias são identificadas.

Deste modo o objetivo geral foi demonstrar a atuação do Serviço Social no acompanhamento das famílias beneficiárias inseridas em programas sociais e a relevância do Cadastro Único ao desenvolver a Proteção Social Básica.

Contendo como pressuposto a dificuldade que os beneficiários inseridos nos programas BPC e PBF têm em saber como se executa os programas nos quais estão inseridos, supondo que a dificuldade de compreensão seja consequência da falta de informações e esclarecimentos durante a oferta dos programas e o processo de requerimento.

Ao conhecer a situação e necessidade dessas famílias, o cadastro contribui para elaboração de políticas públicas, e os Estados e municípios também utilizam os dados do CadÚnico como base para seus programas sociais.

Quanto à metodologia adotada para realização deste estudo foi à pesquisa exploratória com o propósito de maior conhecimento e proximidade com o problema com a finalidade de deixá-lo compreensível. E contou com o levantamento bibliográfico a partir de legislação, livros e artigos científicos para alcançar maior conhecimento do fenômeno investigado resultando na compreensão e precisão sensata do objeto estudado e sua realidade social.

O trabalho foi dividido em dois capítulos, o primeiro traz a contextualização histórica da Política de Assistência Social no Brasil e como foi a trajetória para que política fosse reconhecida como direito pela Constituição Federal. Em seguida como a Assistência Social foi se desenvolvendo e estruturando a Proteção Social Básica e os Programas Sociais.

No segundo capítulo, foi abordada a atuação do serviço social nos programas de Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Programa Bolsa Família (PBF) na Proteção Social Básica. E os procedimentos metodológicos e os resultados da pesquisa de campo, trazendo a análise qualitativa das entrevistas demonstrando as informações segundo os beneficiários entrevistados.

Para finalizar nas considerações finais apresento minhas considerações com base nos objetivos e reflexões propostos neste trabalho.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

No Brasil a Política de Assistência Social só é reconhecida pelo Estado de forma tardia no final do século XX. A Assistência Social antes desse marco era assumida com caráter de caridade, benemerência, tutela e filantrópica, não sendo considerada função e dever do Estado.

Na década de 80 com a grande movimentação e organização dos movimentos sociais que lutavam para que os direitos sociais fossem legitimados pelo Estado resultando na Constituição Federal de 1988.

Sendo assim a LOAS (1993) veio como uma nova proposta para institucionalizar a Assistência Social, se legitimando como direito e não contributivo. Colocando a importância da integração entre o econômico e o social, o Estado centralizado na universalização e garantia de direitos e acesso dos usuários no serviço social e atuação da população.

Em contrapartida desde a aprovação da LOAS (1993) até o primeiro pagamento de benefício como direito e previsto por lei percorreram em média cinco anos para se efetivar.

Essa demora se explica pelo fato de que o processo de implementação ocorre em uma conjuntura complexa a qual é incompatível com as estruturas econômicas e o investimento social realizado pelo Estado. (COUTO, YAZBEK, RAICHELIS, 2017).

Conforme Couto, Yazbek e Raichelis (2017) idealizado no âmbito do ideário neoliberal as políticas sociais passam por desarticulações, desmontagem dos direitos e restrição de investimentos na área social.

Essa conjuntura se caracteriza pelo crescimento da pobreza e desigualdade social no país, presente historicamente no rompimento do *pacto keynesiano*<sup>1</sup> no qual a teoria se baseava na não intervenção do Estado na economia do país. Momento em que se inicia a necessidade de implementar benefícios com transferência de

---

<sup>1</sup> Modalidade de intervenção do Estado na vida econômica baseada nas ideias do economista John Maynard Keynes (1883-1946), que propõe “solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito de despesas produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos. [a partir daí] Surgiu a convicção de que o capitalismo poderia ser salvo, desde que os governos soubessem fazer uso de seu poder de cobrar impostos, reduzir juros contrair empréstimos e gastar dinheiro” (Sandroni, 2000, p. 324. apud: Couto, Yazbek e Raichelis (2017). p. 64.).

renda. Contexto esse resultado de um movimento global para reorganizar as relações capitalistas.

Em novembro de 1989 em reunião com presidentes eleitos na América Latina e representantes do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Interamericano:

A pressão do Consenso de Washington, com sua proposição de que é preciso limitar a intervenção do Estado e realizar as reformas neoliberais, a presença dos organismos de Washington (FMI, Banco Mundial) responsáveis por estabelecer as estratégias para o enfrentamento da crise por parte dos periféricos, e a redução da autonomia nacional, ao lado de adoção de medidas econômicas e do ajuste fiscal são características desse contexto que, no campo da Proteção Social, vai se enfrentar com o crescimento dos índices de desemprego, pobreza e indigência. Ou seja, é na *contra mão* das transformações que ocorreram na ordem econômica internacional, tensionado pela consolidação do modelo neoliberal, pelas estratégias de mundialização e financeirização do capital, com sua direção privatizadora e focalizadora das políticas sociais, enfrentando a *rearticulação do bloco conservador* com a eleição de Fernando Collor que busca de diversas formas obstruir a realização dos novos direitos constitucionais que devemos situar o início do difícil processo de construção da Seguridade Social brasileira. (COUTO, YAZBEK, RAICHELIS, 2017, p.64).

Mais tarde em 1990 a questão social brasileira se caracteriza pela vulnerabilização do trabalho e práticas filantrópicas deslegitimando direitos. Consequência de transformações societárias que atingiu a questão social. Por sua vez a política de seguridade social precisou se adequar ao contexto neoliberal, frente às desigualdades e exclusões sociais.

Foram cinco anos de negociações e debates no Congresso e Governo Federal, para que em 7 de dezembro de 1993, houvesse a sanção da Lei nº 8.742, que regulamenta a Assistência Social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado.

Como descrito no artigo sexto do segundo capítulo da Constituição Federal de 1988, na qual fala sobre os Direitos Sociais:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, p. 18).

Que traz um novo conceito de assistência social, incluída no âmbito da seguridade social e regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)

em dezembro de 1993. Com o objetivo de regulamentar a política de Assistência Social que viabilizando a garantia de direitos promovendo a cidadania a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, foi sancionada. Conseqüentemente a LOAS estabelece normas e critérios para organização da assistência social.

No primeiro capítulo da LOAS, que trata sobre das definições e dos objetivos, determina que a assistência social seja considerada política pública sendo direito do cidadão e dever do Estado, como mostra o Artigo 2º:

Art.2º. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1993, p.1).

Sendo assim a Assistência Social deve ser realizada em conjunto com as políticas setoriais, tendo em vista o enfrentamento das desigualdades sociais, garantia dos mínimos sociais, condições para atendimento de eventuais situações sociais e à universalização dos direitos.

No Art. 4º da LOAS a Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação Assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, 1993, p.3)

Segundo a LOAS o Estado deve ser o responsável pela vigilância no cumprimento de garantias dos cidadãos. Sendo que a universalização da cobertura,

a garantia de direitos e acesso aos programas, projetos e serviços competências do Estado.

Desta forma os princípios citados acima devem corresponder à assistência social e efetivados de acordo com os princípios de universalidade. Os quais indicam que a assistência social deve ser garantida a quem dela necessitar, sem discriminação e contribuição dos usuários.

Com a sanção da LOAS (1993), o governo com intuito de cumprir determinações legais, começa a definição para estabelecer uma rede de proteção e promoção social. Dentre essas iniciativas, destaca-se a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, de acordo com as determinações da LOAS e da PNAS. Processo no qual impediu fragmentação de projetos do setor, e colaborou para efetivação das políticas públicas, e a assistência como direito do cidadão.

Posteriormente com o objetivo de regulamentar a política de assistência social viabilizando a garantia de direitos promovendo a cidadania, como descrito na (LOAS, 1993) que faz um panorama geral da política de assistência social no Brasil, como descrito no 1º artigo do Capítulo I que se refere das definições e dos objetivos:

Art. 1º: A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993, p.1).

## **1.1 Criação do SUAS**

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovada em 15 de outubro de 2004, proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é a política que em conjunto com as políticas setoriais visa à garantia dos direitos sociais e o enfrentamento das desigualdades e vulnerabilidades com intenção de universalizar os direitos sociais. Permitindo assim a padronização e melhoria dos serviços de assistência social no país.

Além disso, incorpora demandas presentes na sociedade no que relaciona a responsabilidade política, objetivando a efetivação da assistência social, direito do cidadão e responsabilidade do Estado.

Por isso a PNAS é regida pelos seguintes princípios democráticos: supremacia do atendimento às necessidades sociais; universalização dos direitos humanos, fazendo com que o cidadão da ação assistencial possa ter acesso às demais políticas públicas; respeito à dignidade do cidadão, ao direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como sua autonomia, convivência familiar e comunitária, impedindo comprovações degradantes de precisão; igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação ao cidadão seja ela qual for, e garantia de igualdade de populações das áreas urbanas e rurais; ampla divulgação dos serviços, benefícios, programas e projetos assistenciais oferecidos, como também os recursos do Poder Público e os critérios de inserção e concessão.

Dessa forma possui diretrizes em sua organização como: descentralização político administrativa, responsável por coordenar e executar programas nas esferas estadual e municipal, garantindo comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando as características socioterritoriais locais; primazia em cada esfera do governo da responsabilidade do Estado na execução da Assistência Social; centralidade na família para implementar e desenvolver projetos, programas e benefícios.

Desse modo a (PNAS, 2004) tem como objetivo se efetivar de forma integrada às políticas setoriais. Planejando o enfrentamento, às desigualdades socioterritoriais, garantia dos mínimos sociais, provisão para atendimento e universalidade dos direitos sociais.

E tem como perspectivas: prover serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e especial para quem dela necessitar. Colaborando para inclusão e equidade de usuários e grupos específicos. E assegurar que a assistência social possua centralidade na família garantindo a convivência familiar e comunitária.

Por sua vez os usuários da PNAS são cidadãos e/ou grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco. Famílias e indivíduos com vínculos familiares, comunitários e sociais ausentes e fragilizados; ciclos de vida; indivíduos inferiorizados por termos étnicos, culturais e sexuais; pessoas com deficiência; exclusão pela pobreza no acesso das políticas públicas; uso de

substâncias psicoativas; todo tipo de violência sofrida no núcleo familiar, grupos e indivíduos; precariedade ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal; diferentes estratégias e alternativas de sobrevivência que possam representar risco social e pessoal.

Dessa forma o Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2005) previsto e regulamentado pela LOAS é um sistema público de características não contributivo, descentralizado e participativo. Que regula o trabalho do assistente social com famílias baseado no território. E tem como função principal a gestão da assistência social na área da proteção social brasileira, e se organiza através de níveis de complexidade sendo elas a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial tendo a centralidade na família.

Nessa perspectiva o SUAS (2005) cumpre o que estava proposto na LOAS e supõe uma gestão compartilhada e co-financiada da política nas três esferas do governo. E determinando as competências técnico-políticas com a presença da sociedade civil em sua implantação e implementação nos âmbitos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Além disso, o SUAS (2005) é organizado com princípios indispensáveis para execução da PNAS com intuito de padronizar e qualificar os serviços e atendimentos, índices de avaliação e resultados, terminologia da rede socioassistencial e serviços, estrutura dos eixos e de subsistemas tais como: matricialidade sociofamiliar; descentralização político-administrativa e territorialização; novas bases para a relação entre estado e sociedade civil; financiamento; controle social; o desafio da participação popular/cidadão usuário; a política de recursos humanos; a informação, o monitoramento e a avaliação.

A propósito os serviços socioassistenciais do SUAS (2005) são organizados conforme: vigilância social, proteção social, defesa social e institucional.

Portanto, conforme o SUAS (2005) a vigilância Social corresponde a produzir, sistematizar informações, indicadores e índices territorializados de família e pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade social. De modo que os índices possam determinar no território situações de risco social e violação de direitos; seja de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, em situação de rua ou abrigadas.

De acordo com a PNAS (2004) na proteção social são garantidos a sobrevivência, renda e autonomia do cidadão através de benefícios continuados ou

eventuais. A Proteção Social Básica assegura: idosos e pessoas com deficiência sem condições de renda; famílias e pessoas vítimas de emergências; situações de fragilidade pessoal e familiar; em especial para mulheres matriarcas de famílias e seus filhos.

Além disso, “a segurança de convívio e vivência familiar, através de ações que reconstituem vínculos pessoais, familiares e com a comunidade, desenvolvida por intermédio de atividades socioeducativas, socioculturais e convivência com diversos ciclos de vida”. (PNAS, 2004, p. 40).

Ademais deve assegurar a acolhida com segurança promovida através de ações, cuidados e serviços para indivíduos para proteção e recuperação em situações de abandono e isolamento. Recuperando a autonomia, convívio e protagonismo dos indivíduos a partir de condições oferecidas. Como abrigo, repouso, alimentação, proteção, vestuário, higienização. (BRASIL, 2004).

Todavia na Defesa Social e Institucional a Proteção Social Básica e Especial deve ser organizada com pretensão de que os usuários tenham acesso à informação e conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa. (BRASIL, 2004).

Soma-se a isto os direitos socioassistenciais assegurados pelos SUAS: direito ao atendimento digno, atencioso, respeitoso e excluindo qualquer tipo de tratamento discriminatório e vexatório; sem demora no atendimento e segundo sua necessidade; direito à informação, independente de suas limitações pessoais e sociais; direito do usuário ao protagonismo e manifestação de interesse; direito do usuário na qualidade do serviço prestado; direito de convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004)

O SUAS (2005) no seu processo de gestão se organiza nas seguintes bases: Matricialidade Sociofamiliar; Descentralização Político-Administrativa e Territorialização; Novas bases para a relação entre o Estado e a Sociedade Civil; Financiamento E Controle Social.

A Matricialidade Sociofamiliar tem a centralidade na família no âmbito das ações da Política de Assistência Social reconhecida como espaço de proteção e socialização primárias. A família independente do modelo e formas que assume é mediadora entre os sujeitos e o coletivo. Contudo, é composta por fragilidades e contradições, geradas por conflitos e a desigualdade da sociedade capitalista, sendo a família fundamental no âmbito da Proteção Social. (BRASIL, 2005).

Na Descentralização Político-Administrativa e Territorialização na Política Nacional de Assistência Social tem sua expressão em cada nível da Federação na condição de comando único, na efetiva implantação e funcionamento de um governo, do Fundo que tem centralidade nos Conselhos de composição paritária da Sociedade Civil, controlado de órgão gestor e fiscalizado pelo Conselho, do Plano de Assistência Social que expressa a política e suas inter-relações com as demais políticas setoriais e a rede socioassistencial.

Por sua vez a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS) foi aprovada a partir da Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), visa à implementação e a consolidação do SUAS; representando o eixo estruturante para delimitar a qualidade da prestação de serviços no âmbito da Assistência Social.

A NOB/SUAS (2005) organiza a operacionalização da gestão da política de assistência social, conforme a Constituição Federal de 1988, a LOAS e legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, com respaldo na construção do SUAS, abordando, dentre outras coisas: a divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo; os níveis de gestão de cada uma dessas esferas; as instâncias que compõem o processo de gestão e controle desta política e como elas se relacionam; a nova relação com as entidades e organizações governamentais e não governamentais; os principais instrumentos de gestão a serem utilizados; e a forma da gestão financeira, que considera os mecanismos de transferência, os critérios de partilha e de transferência de recursos. Visando a implementação e consolidação do SUAS.

Uma nova versão da NOB/SUAS foi publicada em 2012 na qual:

Pactuada pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e aprovada em dezembro de 2012 pelo Conselho Nacional de Assistência Social, a nova NOB SUAS expressa os inúmeros avanços conquistados nos últimos oito anos de implantação do SUAS, assim como o processo de priorização das políticas sociais observado no país na última década. Com a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico atrelado ao desenvolvimento social, à atenção às populações em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco pessoal e social a atenção às populações em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco pessoal e social entrou definitivamente na agenda pública brasileira. (NOB/SUAS, 2012, p. 11).

Portanto, a NOB/SUAS 2012 reafirma a Política de Assistência Social como Política de Seguridade Social, qualificando o SUAS na sua gestão e na oferta de serviços socioassistenciais, tendo como base a participação e o controle social.

## **1.2 Proteção Social Básica**

No âmbito da Proteção Social Básica acontece a oferta integrada de serviços, benefícios, programas e projetos que juntos constituem a estratégia de prevenção frente às situações de violações de direitos.

Portanto, o desenvolvimento da prevenção na Proteção Social Básica a partir da concepção de vigilância socioassistencial e na defesa dos direitos estabelecem medidas que poderão prevenir situações de vulnerabilidade social e desempenhar a proteção através dos serviços, benefícios, programas e projetos.

Por isso as famílias e seus membros devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos e a atuação das equipes de referencia devem ser direcionadas na identificação das potencialidades e vulnerabilidades presentes no território. Essa identificação contribui para o planejamento, organização e implementação da oferta de serviços, programas e projetos socioassistenciais, ressaltando a dimensão política de participação dos usuários. (BRASIL, 2016).

Bem como, as instalações físicas e a ação profissional devem conter condições de recepção, escuta profissional qualificada, informação, referência, concessão de benefícios, aquisições materiais, sociais e socioeducativas. (SUAS, 2005).

Logo, a Proteção Social Básica deve prover igualdade de acesso e oportunidades a todos os indivíduos e tem seu propósito na prevenção da vulnerabilidade social dos indivíduos, seja pela pobreza; privação de renda, precariedade no acesso e informação aos serviços públicos; vínculos afetivos fragilizados, em relação ao pertencimento social dos indivíduos, que precisam se reconhecer como membros de uma coletividade independente de suas distinções, como: etnia, faixa etária, gênero, deficiência entre outras. Intensificando assim o desenvolvimento e fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais.

A partir da identificação de cada situação de vulnerabilidade, a Proteção Social Básica exerce a realização de serviços, programas e projetos para que ocorra

entre as famílias e os indivíduos a convivência e socialização. Como também a oferta de benefícios de prestação continuada e os eventuais. (BRASIL, 2004).

Nesse contexto, a Assistência Social se responsabiliza por assegurar a execução de serviços que resultarão no bem-estar dos grupos e indivíduos mais vulneráveis, por intermédio de serviços sociais, acompanhamento das famílias, transferências de renda e subsídios temporários. (BRASIL, 2004).

Ressalta-se que o SUAS (2005) é a Estrutura de Gestão de Âmbito Nacional, articulado dos três Entes Federados para efetuar a Universalização do Atendimento da Assistência Social, e também é organizador da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial<sup>2</sup>, a partir de níveis de complexidade, ou seja: a Proteção Social Básica é ofertada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), baixa complexidade. E a Proteção Social Especial que é ofertada no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), média e alta complexidade.

Contudo, para que os serviços, projetos, programas e benefícios da Proteção Social Básica funcionem é necessário que exista articulação com as outras políticas públicas para que o direito das famílias e indivíduos seja correspondido e que tenha formas de enfrentamentos contra a desigualdade social. (BRASIL, 2004).

---

<sup>2</sup> Proteção Social Básica: A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (PNAS, 2004, p.33).

Proteção Social Especial: A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada.

Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. (PNAS, 2004, p.37).

Por isso a Proteção Social Básica é realizada no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). O CRAS é uma unidade pública responsável pela oferta de serviços continuados de proteção básica, com ênfase na família e no território. É a “porta de entrada” dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS.

O trabalho oferecido no CRAS tem ênfase na família e deve privilegiar a dimensão socioeducativa da Política de Assistência Social. Dessa forma, todas as ações profissionais devem ter como diretriz central a construção do protagonismo e da autonomia na garantia dos direitos com superação das condições de vulnerabilidade social e possíveis riscos.

Segundo BRASIL (2004) o CRAS deve ser instalado próximo ao local de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade. Cabendo ao município identificar os territórios de vulnerabilidade a aproximação dos serviços para os usuários.

Assim são ações desenvolvidas pelo CRAS (BRASIL, 2016): recepção e acolhimento de famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social; entrevista familiar; visitas domiciliares; oferta de serviços do PAIF; conhecimento, acompanhamento e apoio nas avaliações das famílias referenciadas e as beneficiárias do Benefício De Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF); palestras voltadas à comunidade e à família; oficinas de convivência e de trabalho socioeducativo para famílias; ações de capacitação e de inserção produtiva; vigilância socioassistencial: produção e sistematização de informações que possibilitem a construção de indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidades e riscos; campanhas socioeducativas; encaminhamento e acompanhamento de famílias; reuniões e ações comunitárias; articulação e fortalecimento de grupos sociais locais; atividades lúdicas nos domicílios com famílias em que haja criança com deficiência; produção de material para capacitação e inserção produtiva, para oficinas lúdicas e para campanhas socioeducativas, destinados aos serviços socioassistenciais; deslocamento da equipe para atendimento de famílias em comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e em zonas rurais.

Assim, de acordo com BRASIL (2004) são ofertados os serviços e ações do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e podem ser prestados outros serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica relacionados à

autonomia, acolhimento, convívio ou vivência familiar e comunitária e de sobrevivência a riscos imprevisíveis.

Portanto, o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é um serviço executado somente no CRAS que veio para suceder o Programa Núcleo de Apoio à Família (NAF) criado em 2001 que tinha atenção voltada para assistência social voltada para a família.

Entretanto, em 2004 o PAIF se torna “ação continuada da assistência social” como integrante da rede de serviços da assistência social. Efetua-se por meio do trabalho e ações socioassistenciais, na busca ativa com famílias em situações de vulnerabilidade social o PAIF, tem o objetivo de prevenir o rompimento de vínculos familiares garantindo o bem estar da família e da comunidade, sendo realizado somente no CRAS. Potencializando os vínculos afetivos e organização do núcleo familiar. Na PNAS (2004) o PAIF é reconhecido como integrante da Proteção Social Básica.

A vigilância socioassistencial, segundo o Caderno Capacita SUAS é responsável por:

Identificar situações de vulnerabilidade e riscos sociais presentes nos territórios, compreender as necessidades e demandas desses territórios compreender as necessidades e demandas desses territórios e produzir uma visão interligada entre as demandas e as respostas de proteção social e de defesa de direitos. Além disso, conhecimentos sobre ofertas de serviços, seus padrões de qualidade e suas barreiras de acesso, e sobre as necessidades de seguranças socioassistenciais. (BRASIL, 2016, p.13).

Conforme BRASIL (2004) a constituição da Proteção Social Básica deve ser realizada em caráter preventivo, de acordo com as necessidades e demandas dos usuários nos territórios nos quais estão inseridos socialmente. Que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam elaborados e efetivados conforme a realidade social dos usuários e beneficiários.

Nas intervenções preventivas é necessário que a equipe e os profissionais estejam capacitadas para alcançar objetivos maiores e mais simbólicos do que dados, análises e sistematização.

A vigilância socioassistencial e a Proteção Social Básica devem se relacionar no sentido de conhecer e monitorar as situações de vulnerabilidade de acordo com o

território, desenvolvendo assim estratégias que garantiram ações preventivas na PSB. Desse modo, fortalece o “caráter proativo” que através de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e controle social antecipam possíveis riscos e trabalha para que os mesmos não ocorram.

Assim, a PSB de “caráter proativo” antecipa possíveis demandas para prevenção de riscos sociais. Contribuindo assim, para o processo de vigilância socioassistencial na realização de serviços, programas, projetos e benefícios. Conhecendo a realidade social do território, deste modo produz dados para que a Política de Assistência Social avance e se efetive como direito.

Portanto, conforme BRASIL (2016) é preciso que funcionários e usuários estejam incluídos no processo de propagação e acesso de informações resultantes da vigilância socioassistencial, é imprescindível a apropriação coletiva das situações de vulnerabilidade e riscos, visto que os usuários e as famílias estão inseridas no território, sendo estes usuários das ações realizadas pela rede socioassistencial.

Conforme BRASIL (2016) no CRAS, as informações compiladas pela Vigilância Socioassistencial colaboram para atividades de planejamento e gestão territorial, fornecendo informações dos usuários, e também a cerca das vulnerabilidades e riscos, fornecendo dessa forma subsídios para as equipes de trabalho no desenvolvimento de ações preventivas.

As ações da PSB devem ser fundamentadas na prevenção, e para que isso ocorra é necessário que as equipes superem os dados quantitativos, realizando por sua vez segundo (BRASIL, 2016): a participação dos usuários na construção do diagnóstico de determinado território; as tradições; as culturas; os esportes que praticam; os locais onde se reúnem como se mobilizam para alcançar objetivos comuns ou para superar determinadas situações que incidem sobre o território; o conhecimento sobre seus direitos; o que dizem sobre as relações de trabalho e economia; a percepção do técnico sobre as relações e vínculos comunitários.

Além disso, para superar situações de vulnerabilidade é necessário que a Proteção Social Básica que se estende em varias ações de Políticas Públicas e usuários enquanto sujeito de direitos. Sendo importante que os profissionais reconheçam as questões e temas que repercutem no território, para que assim

estejam capacitados para mobilizar conjunto de ações públicas para preservar a integridade social e individual dos cidadãos.

Sendo assim, o público atendido na proteção social básica é entendido no conceito de Matricialidade Sociofamiliar, citado e caracterizado na PNAS (BRASIL, 2004) como um dos eixos estruturantes da gestão do SUAS. A Matricialidade Sociofamiliar é entendida na centralidade na família, considerada um núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social. Por consequência, a Política de Assistência Social, e ações da PSB, devem estar voltadas às famílias e aos seus membros.

A partir disso, é determinado como público prioritário da PSB (BRASIL, 2004) famílias que estão inseridas em situações de vulnerabilidade, como: famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e dos benefícios eventuais; famílias que em sua composição tenham crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência; famílias que possuem perfil para receber PBF e/ou BPC, mas ainda não tem acesso; famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF; famílias que residem na área rural; famílias indígenas e quilombolas; famílias que pertencem a grupos e comunidades tradicionais e específicas.

Contudo, ao se referir a essas famílias como prioritárias, é necessário ressaltar as vulnerabilidades nas quais essas famílias estão inseridas. Seja por ciclos de vidas, relacionado à renda, precarização do acesso dessas famílias aos serviços e rede de proteção, e fragilidade nos vínculos familiares e sociais. Os quais podem ocasionar riscos sociais e violações de direitos, que precisam ser prevenidos através de ações previstas na PSB. (BRASIL 2004).

De acordo com BRASIL (2004), o território na Proteção Social Básica é considerado como um espaço humano, habitado e dinâmico, e não se limita a questões político-administrativa, geográfica e econômica.

Conforme o SUAS (2005) o território é uma construção social com significados históricos, culturais e relacionais. Desta forma o território compreende as relações sociais e aos espaços coletivos nos quais as pessoas têm convívio

social. Portanto é o lugar onde se cria e desenvolve relações comunitárias, familiares, de identidade e outros.

Por esta razão, o território centraliza elementos para identificação, compreensão e enfrentamento de possíveis situações de vulnerabilidade e risco social que recaem nas famílias. Sendo a proteção social básica responsável por identificar as vulnerabilidades e potencialidades das famílias e da comunidade. Organizando dessa forma a oferta de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais de acordo com o território. (BRASIL, 2016).

Além disso, faz-se necessário que o município elabore no Plano Municipal de Assistência Social, no qual se deve elaborar o Diagnóstico Socioterritorial que o compõe, pois é através dele que o Gestor Municipal de Assistência Social orienta a implantação dos serviços, benefícios, programas e projetos. Contudo, a participação dos usuários e dos trabalhadores se torna imprescindível na elaboração do Diagnóstico socioterritorial, pois assim a identificação do território ocorrerá segundo a percepção de pessoas que vivem naquele território e reconhecem possíveis demandas com base na vivência territorial. (BRASIL, 2016).

Com o intuito de identificar e manter atualizadas informações sobre o público prioritário dos serviços socioassistenciais é preciso planejar o trabalho com base nos dados coletados pelos profissionais. Tais informações são encontradas pelo sistema e banco de dados do SUAS, dentre eles:

CadÚnico (Cadastro Único) Consulta Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD), sistema de funcionalidades específico para a gestão do SUAS SuasWeb (SuasWeb), Sistema do Programa BPC Escola, Sistema de Condicionalidades (SICON), o Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC), Censo Suas, Sistema Nacional do SUAS (CADSUAS), dentre outros.

De acordo com BRASIL (2007) o CadÚnico é o conjunto de informações de famílias brasileiras que vivem em condição de pobreza e extrema pobreza, criada pelo Governo Federal para identificar e conhecer famílias de baixa renda. Sendo obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários em programas sociais direcionado para o atendimento desse público.

Já a partir do CECAD é possível conhecer a realidade socioeconômica das famílias, informações do núcleo familiar, características da moradia, como os componentes da família tem acesso aos serviços públicos essenciais e os dados de cada um. (BRASIL, 2016).

Por outro lado, o SuasWeb é um sistema de funcionalidades específicos do SUAS, que abrange informações como: Plano de Ação, que possui planejamento das ações co-financiadas; o demonstrativo Sintético de Execução Físico-Financeira: prestação de contas; consulta a dados financeiros, como contas correntes, saldos e repasses e consulta a base cadastral dos beneficiários do BPC. (BRASIL, 2016).

Segundo BRASIL (2016) no Sistema do Programa BPC Escola, contém informações das crianças e adolescentes de 0 a 18 anos com deficiência, inseridas no contexto escolar as quais são beneficiárias do BPC. Tem como objetivos identificar beneficiários menores de 18 anos que estão ou não matriculados na rede de educação, e as principais dificuldades que estes beneficiários têm para o acesso e permanência na escola. E também realizar estratégias para que essas intercorrências sejam superadas.

De acordo com BRASIL (2016) o SICON é uma ferramenta que integra informações do acompanhamento de condicionalidades nas áreas de saúde, educação e assistência social. Contém informações específicos dos trabalhos desenvolvidos e gerenciados pelos ministérios da educação e da saúde, o que propiciando eficiência na execução do Programa Bolsa Família (PBF).

O SISC é o sistema de informações destinado para acompanhar a gestão no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) realizado na proteção social básica.

Desta forma, anualmente é realizado o Censo Suas, que de acordo com o Decreto nº 7.334, de 19 de outubro de 2010:

[...] é realizado anualmente durante o segundo semestre e se consolidou como um dos principais instrumentos para o planejamento e monitoramento da Assistência Social, ao produzir informações que permitem o acompanhamento das unidades gestoras e prestadoras de serviços do SUAS, bem como do controle social. (BRASIL, 2010, p. 1).

E por fim, de acordo com (BRASIL, 2016) o CadSUAS é o Sistema De Cadastro Nacional do SUAS, e concentra suas informações na rede socioassistencial, entes federativos e trabalhadores do SUAS. É dividido em módulos. Que são: Consulta Pública (liberado para o público geral, e tem o parecer de todos os entes registrados no sistema). Rede Socioassistencial: CRAS; CREAS; CREAS Regional; Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua); Unidade de Acolhimento (Abrigos, Casa-lares, Casas de passagem, entre outros). Órgãos Governamentais: Conselho (Conselho Municipal, Estadual e Federal), Fundo (Fundo Municipal, Estadual e Federal e de Assistência Social), Governo Estadual, Prefeitura, Órgão Gestor (Secretaria Municipal, Estadual, Federal e de Assistência Social), e outras (Cadastro de outros entes como Autarquias, Câmaras e Assembleias). E por último Pessoas Físicas.

Esses sistemas de informações contribuem de forma significativa para o conhecimento dos usuários da Proteção Social Básica, e permitir que se planeje e desenvolva a oferta de serviços e ações que realmente contemplem a necessidade das famílias e seus membros. A partir do reconhecimento do Território, dos usuários com suas vulnerabilidades e potencialidades.

### **1.3 O Cadastro Único: para inclusão de famílias nos programas sociais**

De acordo com BRASIL (2010) o Cadastro Único (CadÚnico) é uma ferramenta para Programas Sociais do Governo Federal o qual identifica e caracteriza famílias de baixa renda para conhecimento da realidade socioeconômica dessa população. Por sua vez o Cadastro Único faz parte da Proteção Social Básica no que se refere à inclusão de famílias em programas e benefícios criados pelo governo Federal e através do cadastro as famílias são identificadas.

Teve sua criação em 2001 com o objetivo de incluir famílias em programas sociais.

Acerca da integração de políticas públicas setoriais, cabe destacar que o Governo Federal utiliza o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico como instrumento essencial de integração de programas sociais do Governo Federal. O cadastro em menção encontra-se regulamentado pelo Decreto 6.135, de 26 de junho de 2007. (BRASIL, 1998, p.7).

Desta forma, ao conhecer a situação e necessidade dessas famílias, o cadastro contribui para elaboração de políticas públicas, e os Estados e municípios também utilizam os dados do CadÚnico como base para seus Programas Sociais.

De acordo com (BRASIL, 2010) os municípios são os responsáveis por realizarem os cadastros, a atualização e acompanhamento. Esses dados são passados para as três esferas do governo: Municipal, Estadual e Federal que identificam assim os possíveis beneficiários dos programas.

A prefeitura do município é a responsável pelo cadastro definindo as equipes de cadastramento, atualização cadastral e entrevistas com as famílias, sendo também o assistente social importante nesse processo de conhecimento e identificação das famílias na conjuntura social que o município se encontra.

No âmbito Federal o agente operador que mantém o Cadastro Único é a Caixa Econômica Federal (CEF), sendo o Ministério da Cidadania o gestor responsável.

Em 2003 de acordo com (BRASIL, 2015) o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa Verde, entre outros.

E também, pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas Políticas Públicas.

O CadÚnico é usado como base para ações preventivas e protetivas na Proteção Social Básica, por conter informações essenciais de seus usuários como: características da família e cada um de seus membros, relações de trabalho, renda, escolaridade, documentação civil, localização no território, condições da residência, acesso a rede de serviços, dentre outros.

Para fazer a inscrição no CadÚnico o cidadão pode procurar o setor responsável pelo CadÚnico, na maioria das vezes no próprio CRAS do município.

É necessário que um membro da família seja responsável por prestar informações ao entrevistador, o qual será chamado de Responsável pela Unidade Familiar, sendo indispensável ter mais de dezesseis anos e de preferência que seja mulher. É também o Responsável Familiar (RF) que se compromete a prestar informações verdadeiras e atualizar o CadÚnico no momento em que houver

mudanças nas informações prestadas durante a realização do cadastro. A cada dois anos, mesmo sem nenhuma mudança no contexto familiar declarado no cadastro é obrigatório fazer a atualização do CadÚnico. Além de que, a maior parte dos programas sociais só concede benefícios se o beneficiário estiver com o CadÚnico atualizado.

Para a realização do CadÚnico é utilizado um formulário organizado em 10 blocos, os quais irei explicar:

A Identificação e Controle: aqui se encontra o endereço completo da família, como logradouro, CEP (Código de Endereçamento Postal), bairro, unidade territorial e ponto de referência. Esses dados contribuem para que aconteça a “busca ativa” e ações de prevenção, aproximação dos serviços socioassistenciais nos locais identificados com mais vulnerabilidade social.

A seguir, estão as Características do Domicílio, por exemplo: condições do imóvel, tipo (casa, apartamento, cômodo), quantidade de cômodos, tipo de construção, abastecimento de água, iluminação, coleta de lixo, etc. O CadÚnico estabelece classificações para a moradia pelo tipo e grau de precariedade. Que são: Domicílio Particular Improvisado (espaço precário que foi adaptado para moradia não sendo possível diferenciar os cômodos e separar os espaços); Domicílio Particular Permanente (possui ao menos um cômodo e é considerado como moradia permanente); Coletivo (neste domicílio a relação entre os moradores é realizada por normas administrativas, como em abrigos, pensões, asilos, alojamentos e outros). Essas informações contribuem para o conhecimentos de vulnerabilidades resultadas por falta de saneamento básico, estrutura física dos domicílios, e em especial o território seja urbano ou rural.

Logo após, na Identificação da Família serão fornecidas informações do contexto familiar, dado aos grupos e povos que pertence, se algum membro familiar esta internado ou abrigado por mais de doze meses, quantos moradores e famílias residem no domicílio, o gasto mensal com despesas, e quais equipamentos socioassistenciais e de saúde a família esta inserida. São indicativos essenciais, pois se conhece a atuação da família no território, as relações com a comunidade, tradições, rendas e especificidades que possuem.

Em seguida, na Identificação da Pessoa se conhece o nome completo, apelido e/ou nome social, data e local de nascimento, sexo, nacionalidade, naturalidade, filiação, estado civil, cor/raça e relação com o Responsável Familiar

(RF). Estas informações asseguram aos usuários um atendimento que contempla suas especificidades e assim quando necessário os encaminhamentos para os serviços, programas, projetos e benefícios da proteção social básica.

Acrescentamos que em Documentos é obtido dados mais detalhados de identificação dos membros das famílias, por exemplo: a certidão de nascimento ou RANI (Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena), número do Registro Geral (RG), CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), CPF (Cadastro de Pessoa Física) e Título de Eleitor. Assim, os profissionais da proteção social básica podem identificar pessoas que não tem documentação civil e mediar para que as mesmas possam acessá-los.

Contudo, a Identificação da Pessoa com Deficiência as informações prestadas contribuem para a identificação de pessoas com deficiência pela equipe da Proteção Social Básica e dessa forma facilitar o acesso desses usuários nas políticas públicas.

A partir da Escolaridade, pode-se compreender o contexto escolar dos membros, qual tipo de curso esta realizando, o ano/série, nome e localidade da escola ou creche, se é rede pública ou privada, e qual modalidade do ensino que esta matriculado. São informações importantes e que fazem um paralelo na atuação da assistência social e da educação permitindo assim ações entre si, como enfrentar as faltas e evasões escolares.

Ao passo que no bloco Trabalho e Remuneração é possível ter informações sobre as relações de trabalho dos membros maiores de dez anos de idade, tal como: ha quanto tempo esta trabalhando, desemprego, afastado por motivo de doença, tipo do vínculo com entidade/empresa empregadora, se o trabalho é remunerado ou não, composição da renda mensal, se é aposentado, recebe BPC, seguro desemprego e pensão alimentícia.

Por fim a Identificação do Trabalho Infantil na família contém informações que identificam crianças e adolescentes em situação de trabalho, qualquer forma de trabalho realizadas por crianças e adolescentes menores de dezesseis anos. Ao serem reconhecidas cabe a equipe de Proteção Social Básica planejar ações para superar essa questão.

O conhecimento dessas informações representa as dimensões que os usuários vivem em sociedade, e a partir disso cabe à equipe e aos profissionais da

Proteção Social Básica a apropriação destes dados para realizarem de forma efetiva a proteção social das famílias assistidas.

#### **1.4 Benefício de Prestação Continuada (BPC)**

Segundo BRASIL (1988) na Assistência Social o Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi instituído a partir da Constituição Federal de 1988, sendo benefício da Política de Assistência Social que assegura ao beneficiário a transferência mensal de um salário mínimo à pessoa idosa, com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência que não tenha condições de manter sua subsistência sozinha e sequer sua família. É preciso que o requerente para ter o direito deste benefício comprovar que a renda per capita da família seja inferior a um quarto do salário mínimo.

De acordo com BRASIL (2016) o BPC esta integrado na Proteção Social Básica do SUAS e tem as seguintes características: é um benefício individual, não vitalício, intransferível e não é necessário ter contribuído para a previdência social.

Para a concessão do BPC é preciso que um processo seja gerido na Proteção Social Básica, e requer que o requerente atenda prontamente aos procedimentos exigidos.

Por isso, no processo de requerimento do BPC o CRAS é essencial, pois é através dele que o requerente do benefício recebera informações sobre o BPC, como é executado e o que é necessário para acessa-lo. É possível também identificar possíveis beneficiários que possuem participação no CRAS que tem perfil para receber o benefício. (BRASIL, 2016).

Para que o BPC seja reconhecido como direito pelo requerente se faz necessário uma avaliação da condição da pessoa, a qual é realizada por assistentes sociais e médicos peritos do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Assim, conforme BRASIL (2016) no decorrer do processo ocorre à avaliação e pode acontecer a requisição de informações de órgãos públicos, até mesmo da Assistência Social, que contribuem para identificar a deficiência e impossibilidade para o trabalho. Sendo que as informações são baseadas no território em que os

requerentes vivem, é possível ter uma análise mais específica e consistente de que o cidadão tem direito ao BPC.

No entanto, o INSS também pode identificar situações de risco social e violação de direitos durante a concessão e manutenção do BPC, encaminhando assim para atendimento nas áreas específicas. (BRASIL, 2016).

Assim é de suma importância que aconteça a articulação entre as políticas de Assistência Social e Previdência Social, pois esta comunicação visa garantir a integridade dos direitos sociais de usuários da Assistência Social como as pessoas com deficiência e os idosos.

Além disso, ocorre a integração para benefícios e serviços para atender os beneficiários do BPC. No momento em que o BPC é ofertado é preciso que isso ocorra concomitantemente articulado com outros programas e serviços do SUAS destinados aos idosos e as pessoas com deficiência.

Dessa forma, os serviços socioassistenciais e os benefícios de transferência de renda asseguram aos beneficiários segurança de renda, convívio familiar e comunitário, desenvolvimento de autonomia, materializando assim os direitos socioassistenciais dos usuários. Neste sentido, os beneficiários do BPC e sua família tem prioridade na oferta de serviços socioassistenciais no âmbito do SUAS. (BRASIL, 2016).

Por isso, é essencial desenvolver ações intersetoriais de acompanhamento dos beneficiários do BPC, que em sua maioria enfrentam limitações e dificuldades na participação social e no acesso às políticas públicas. Sendo necessário à articulação de ações da assistência social e também de outras políticas como saúde, educação, seguridade social, emprego, habitação e assim por diante.

Nessa perspectiva, os Programas BPC Escola e BPC Trabalho, são estratégias para que as políticas públicas tenha a inclusão de pessoas com deficiência. O BPC Escola garante o acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, com idade de 0 a 18 anos, beneficiários do BPC. Por outro lado, o BPC Trabalho tem o objetivo de evidenciar o protagonismo e participação social dos beneficiários do BPC com deficiência, através da qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, tendo prioridade aqueles na faixa etária de 16 a 45 anos.

Desse modo, os dois programas anteriormente citados identificam limitações e dificuldades dos beneficiários do BPC, contudo é preciso que ações e iniciativas

sejam desenvolvidas na Proteção Social Básica e Especial, para que os beneficiários e suas famílias tenham suas limitações superadas.

A partir da resolução nº13, de 4 de julho de 2013 no Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS, surge à meta para inclusão dos beneficiários do BPC e suas famílias no CadÚnico para o quadriênio de 2014 até 2017. Nesta resolução no Artigo 2º cita que constituem prioridades e metas específicas para os municípios no âmbito da:

I- Proteção Social Básica:

- a) acompanhar pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, as famílias registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico com a meta de atingir taxa de acompanhamento do PAIF de 15% (quinze por cento) para municípios de pequeno porte I e de 10% (dez por cento) para os demais portes;
- b) acompanhar pelo PAIF as famílias com membros integrantes do Benefício de Prestação Continuada - BPC com a meta de atingir taxa de acompanhamento do PAIF de 25% (vinte e cinco por cento) para municípios de pequeno porte I e 10% (dez por cento) para os demais portes;
- c) cadastrar as famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico com a meta de atingir o cadastramento no percentual de: 1. 70% (setenta por cento) para municípios de pequeno porte I e II; 2. 60% (sessenta por cento) para municípios de médio e grande porte; 3. 50% (cinquenta por cento) para metrópoles.
- d) acompanhar pelo PAIF as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família- PBF que apresentem outras vulnerabilidades sociais, para além da insuficiência de renda, com a meta de atingir a taxa de acompanhamento do PAIF de 15% (quinze por cento) para municípios de pequeno porte I e de 10% (dez por cento) para os demais portes;
- e) acompanhar pelo PAIF as famílias beneficiárias do PBF em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades, com registro no respectivo sistema de informação, cujos motivos sejam da assistência social com a meta de atingir a taxa de acompanhamento do PAIF de 50% (cinquenta por cento);
- f) reordenar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com a meta de atingir percentual de inclusão de 50% (cinquenta por cento) do público prioritário no serviço;
- g) ampliar a cobertura da Proteção Social Básica nos municípios de grande porte e metrópoles com a meta de referenciar aos Centro de Referência da Assistência Social - CRAS 100% (cem por cento) das famílias constante no CadÚnico com meio salário mínimo ou 20% (vinte por cento) dos domicílios do município;
- h) aderir ao Programa BPC na Escola com a meta de alcançar a adesão de 100% (cem por cento) dos municípios. (BRASIL, 2013, p.66)

Sendo assim, o CadÚnico contém informações essenciais em relação à realidade social das famílias cadastradas, contribuindo assim para o acesso de políticas públicas destinadas a esse público. Possibilitando também melhoria no desenvolvimento da assistência social por conter informações importantes das famílias cadastradas no CadÚnico, através dessas informações o processo de diagnósticos sociais baseados no território, planejamento de ações, qualificação nos atendimentos e encaminhamentos das famílias. Assim, contribuindo para a realização e gestão do BPC.

Em virtude disso, a partir de 2016 é requisito obrigatório ser cadastrado no CadÚnico para ser requerente do BPC.

### **1.5 Programa Bolsa Família (PBF)**

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda direta com condicionalidades para famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza. Foi instituído durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva e sancionado pela Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

Tem direito ao PBF famílias com renda per capita de até R\$89,00 mensais. E famílias com renda per capita de R\$89,01 até R\$178,00 desde que tenham crianças ou adolescentes de zero entre dezessete anos em sua composição.

Segundo o Decreto 5.209/2005 (BRASIL, 2005) o Programa tem como objetivos: Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; Combater a pobreza; Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

Para a inclusão das famílias no programa é preciso que estas estejam cadastradas no CadÚnico, através dessas informações declaradas é verificado se a pessoa ou a família esta dentro das regras para acessar o Bolsa Família.

De acordo com BRASIL (2016) o agente Operador do Programa Bolsa Família é a Caixa Econômica Federal, que realiza a análise de dados e das

informações obtidas. Identifica os beneficiários e concede o Número de Identificação Social (NIS) que possibilita ao beneficiário do PBF se inscrever em qualquer programa social do Governo Federal. É também responsabilidade da Caixa efetuar o pagamento mensal do benefício de acordo com valor correspondido a cada pessoa ou família.

Para que as famílias tenham acesso ao benefício o PBF tem modalidades para diferentes situações de inclusão de acordo com a necessidade e composição familiar de cada família. Como por exemplo, o Benefício Básico: que é destinado às famílias em extrema pobreza; o Benefício Variável: no qual é determinado às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre zero e doze anos ou adolescentes até quinze anos; Benefício Variável Jovem: destina-se às famílias que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes entre dezesseis e dezessete anos; e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza: determinado as famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza.

A partir do momento em que o pedido para receber o PBF é aprovado à família precisa cumprir com as condicionalidades propostas pelo programa. As condicionalidades são na área da Saúde e Educação. (BRASIL, 2016).

Com relação à saúde é preciso fazer o acompanhamento do calendário de vacinas, do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de sete anos, no pré-natal das gestantes e nutrizes.

Já na educação é considerada a matrícula e frequência escolar de no mínimo 85% das crianças e adolescentes entre seis e quinze anos, e para adolescentes entre dezesseis e dezessete anos no mínimo 75%.

As condicionalidades no PBF foram criadas com intuito de fazer com que as famílias sejam acompanhadas no processo educacional e na saúde promovendo assim a melhoria nas condições de vida e o acesso aos serviços que resultam na inclusão social dessas famílias inseridas no PBF. O descumprimento das condicionalidades não causa cancelamento automático do benefício, sendo que para isso é realizado averiguações cautelosas de cada situação antes do cancelamento. (BRASIL, 2016).

Desse modo, estimula que as famílias beneficiárias acessem seus direitos nas políticas públicas de saúde e educação, é fortalecido entre os cidadãos que o

Poder Público deve se responsabilizar na garantia dos serviços socioassistenciais, por meio do cumprimento das condicionalidades é possível à identificação de possíveis vulnerabilidades sociais que dificultam o acesso das famílias beneficiárias aos serviços públicos.

É notável que o Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família são programas distintos, o BPC é a transferência mensal de um salário mínimo a pessoa idosa, com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência que não tenha condições de trabalhar. E o PBF complementa a renda de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza em que a renda gerada pelo trabalho não é suficiente para garantir a manutenção da família.

Assim, os programas caracterizados em transferência de renda garantem aos beneficiários perspectivas de emancipação e autonomia que conseqüentemente mudam o território no qual estão inseridos através do desenvolvimento e geração de renda local.

## **1.6 Programas de Transferência de Renda**

Os Programas de transferência de renda têm sua legitimidade na Proteção Social a partir da Constituição Federal de 1988, e surge relacionado à proposta de um projeto de proteção social com enfoque na pobreza, e, portanto, com restrita intervenção pública na esfera social. (COBO, 2012).

O Programa Bolsa Família, por exemplo, têm beneficiários com expressiva participação no mercado de trabalho, porém a inclusão no mercado de trabalho é precária, o trabalho formal é menos alcançado por este público, e conseqüentemente é crescente o desemprego para trabalhadores que se encontram na pobreza ou extrema pobreza. E o problema da inserção deste trabalhador no mercado de trabalho não está ligado diretamente com a falta de escolaridade, mas sim com a formas precárias de trabalho e rendimento salarial bem abaixo de pessoas que se encontram com a mesma escolarização. Além disso, estes trabalhadores se encontram às margens da proteção previdenciária, cumprindo o Bolsa Família para estes trabalhadores funções que são desempenhadas pelos

benefícios previdenciários, como: seguro-desemprego, auxílio-doença e salário maternidade.

Sendo que a população beneficiada pelo Bolsa Família é constituída de famílias pobres, em que os adultos, em sua maioria, são economicamente ativos, mas se encontram desempregados ou estão inseridos precariamente no mercado de trabalho informal. (IPEA, 2014).

Durante a execução do Programa Bolsa Família o programa sofreu críticas voltadas para suas condicionalidades e por ser um benefício de transferência de renda. Considerações baseadas pelo senso comum o que diz respeito a supostos estímulos do PBF a natalidade, e o desincentivo para inserção no mercado de trabalho.

Sendo que pode ser comprovado em documentos e pesquisas que estas declarações são baseadas em suspeitas morais no que diz respeito ao comportamento dos beneficiários. Como citado na 22ª edição do boletim Políticas sociais: acompanhamento e análise (IPEA, 2014):

[...] a relação entre Bolsa Família e oferta de trabalho, a pesquisa Avaliação do Impacto do Bolsa Família II (AIBFII) mostrou que o programa não afeta a participação dos beneficiários no mercado laboral, seja em termos de ocupação, procura de emprego ou extensão da jornada de trabalho. [...] também não encontraram evidências robustas de desincentivo ao trabalho em um exaustivo levantamento da literatura produzida sobre o efeito dos programas de transferência de renda sobre a oferta de trabalho no Brasil. (IPEA, 2014, p. 71).

Jaccoud, 2013 ainda complementa que:

a despeito das evidências contrárias, os supostos “efeito preguiça” e incentivo a maior natalidade permeiam o debate público em torno do PBF. Uma vez que tais efeitos não encontram embasamento empírico, não seria equivocado interpreta-los como manifestação da resistência de alguns segmentos da sociedade brasileira frente à construção de mecanismos de solidariedade para o enfrentamento da forte desigualdade e exclusão social existente no país, principalmente quando tais iniciativas são direcionadas para pessoas com capacidade para o trabalho”. (Jaccoud, 2013. apud: IPEA, 2014, p.71).

Assim, as políticas que visam à garantia de renda mínima aos indivíduos e suas famílias que têm base na transferência direta de renda indicam um considerado avanço na forma de tratar as questões de vulnerabilidade social.

Entretanto, avanços como os programas de transferência de renda não significa que o Estado esta atuando na totalidade, pois é preciso que a desigualdade

social seja observada no conjunto das suas expressões, somente assim serão desenvolvidas Políticas Sociais que podem de fato intervir na mudança da questão social do sistema capitalista no qual vivemos.

## **ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

O Serviço Social como profissão se identifica por estar inserido nas questões geradas pela divisão social, regional e internacional do trabalho.

Historicamente sua construção vem sendo caracterizada pela resistência diante das contradições sociais colocadas pela sociabilidade do capital em seu período de produção destrutiva, resultando de forma crítica na força de trabalho. (CFESS, 1993).

A atual concepção do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro articula que os direitos devem ser amplos, universais e justos, conduzidos na perspectiva de superar a desigualdade social e gerar igualdade nas condições e oportunidades.

Portanto, são esses parâmetros que delimitam a defesa da Seguridade Social, incluindo todos os direitos sociais previstos na Constituição Federal como: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência, alimentação e Assistência Social. Formando assim um amplo sistema de proteção social, que seja capaz de responder e possibilitar progresso nas condições sociais e econômicas dos cidadãos brasileiros. (CFESS, 2011).

Sendo assim, a seguridade social deve ser pautada pelos princípios da universalização, da qualificação e legitimidade das políticas sociais como direito, responsabilização e dever do Estado, orçamento redistributivo, e organização democrática fundamentada na descentralização e participação.

Assim, as demandas dirigidas ao Serviço Social demandam projetos e ações sistemáticas de pesquisa e intervenção de diferentes situações. Por sua vez, os assistentes sociais desenvolvem atribuições nos âmbitos da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas, como também atuam na colaboração de movimentos sociais e populares.

Deste modo os assistentes sociais atuam no desenvolvimento de ações socioassistenciais, como também atuam nas políticas de saúde, educação, trabalho, habitação, dentre outras.

A Assistência Social como Política Pública, apresenta um conjunto de ações estatais e privadas para assegurar os direitos sociais dos brasileiros no âmbito da Seguridade Social, sendo um campo de trabalho significativo do Serviço Social.

Segundo o CFESS (2011) as atribuições e competências dos profissionais de Serviço Social, seja realizada na política de Assistência Social, ou em outros espaços sócio-ocupacional são orientadas e dirigidas por direitos e deveres

legitimados no Código de Ética da Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, os quais devem ser respeitados e praticados pelos assistentes sociais e pelas instituições empregadoras.

A Questão Social deve ser reconhecida como objeto de intervenção profissional, o que demanda do profissional a atuação na perspectiva da totalidade, pautada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais.

Na atuação profissional em Políticas Públicas o perfil do assistente social deve distanciar de abordagens tradicionais, funcionalistas e pragmáticas, as quais reforçam práticas conservadoras e individualistas.

Segundo a Lei de Regulamentação da Profissão as competências e atribuições dos/as assistentes sociais, na política de Assistência Social, requisitam, do/a profissional, algumas competências gerais que são fundamentais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa sua intervenção:

Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;

Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais;

Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996. apud: CFESS, 2011, p. 18).

Assim, são essas competências que permitem aos profissionais de Serviço Social ter a reflexão e análise crítica da realidade, e dessa forma fundamentar e estruturar seu trabalho no cotidiano, estabelecendo a partir das demandas sociais as atribuições e competências específicas para o enfrentamento.

A intervenção profissional do Serviço Social na Política de Assistência Social na Proteção Social Básica tem como eixo mais importante a atuação na matricialidade sociofamiliar, e para garantir aos cidadãos a proteção social é fundamental a realização de ações e serviços socioassistenciais.

Na Proteção Social Básica:

[...] a realização de ações preventivas que reforçam a convivência, socialização, acolhimento e inserção com centralidade na família, visando desenvolver a potencialidade e autonomia destinada à população em vulnerabilidade social (PNAS, 2004, p.27).

É indicado pelo SUAS que as ações socioassistenciais sejam realizadas no CRAS, pois dessa forma a articulação dos serviços socioassistenciais com a proteção social garantida pela saúde, educação, previdência e demais políticas públicas, de modo que os programas e projetos ofertados também assegurem o acesso dos cidadãos aos seus direitos sociais.

## **2.1 Procedimentos Metodológicos**

O trabalho teve como objeto de estudo demonstrar a atuação do Serviço Social no acompanhamento de beneficiários cadastrados no CadÚnico inseridos nos programas BPC e PBF e a relevância do cadastro ao desenvolver a Proteção Social Básica no município de Ituiutaba.

O interesse pelo tema se desenvolveu durante o início de Estágio Supervisionado I realizado na Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social de Ituiutaba (SEDS) em que a assistente social supervisora de campo atua no setor do CadÚnico acompanhando o desenvolvimento das famílias beneficiárias dos programas BPC e Bolsa Família.

Durante o estágio nos atendimentos e visitas domiciliares da assistente social às famílias acompanhadas percebi dificuldades dos beneficiários em compreender a funcionalidade e execução dos programas BPC e PBF nos quais são beneficiários, o porquê da realização do Cadastro Único e posteriormente sua atualização e a atuação do Serviço Social no atendimento das famílias.

Pois, em alguns momentos entre atendimentos e visitas domiciliares notei que alguns beneficiários têm dificuldades em saber como funciona os programas que estão inseridos e a funcionalidade do CadÚnico no processo de requerimento do benefício. O que de fato é muito significativo, em razão de que a partir do momento em que o cidadão reconhece e sabe como se efetiva os programas nos quais estão inseridos contribui para que o usuário reconheça os programas, projetos

e serviços da Assistência Social como um direito social. E não como favores do Estado ou da prefeitura, por piedade das situações precárias em que os indivíduos podem estar. Incentivando dessa forma a participação social destes cidadãos no município.

Deste modo o objetivo geral foi demonstrar a atuação do Serviço Social no acompanhamento das famílias beneficiárias inseridos em programas sociais e a relevância do Cadastro Único ao desenvolver a Proteção Social Básica. Com o seguinte questionamento: Porque os beneficiários do Programa Bolsa Família e BPC têm dificuldades em saber como funcionam os programas em que estão inseridos. E o porquê tem que realizar o Cadastro Único?

Contendo como pressuposto a dificuldade que os beneficiários inseridos nos programas BPC e PBF têm em saber como se executa os programas nos quais estão inseridos, e qual a finalidade de realização do CadÚnico. Supondo que a dificuldade de compreensão seja consequência da falta de informações e esclarecimentos durante a oferta dos programas e no processo de requerimento.

Quanto à metodologia adotada para realização deste estudo foi à pesquisa exploratória com o propósito de maior conhecimento e proximidade com o problema com a finalidade de deixá-lo compreensível. Como descrito por Gil:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p. 41)

Na prática a metodologia foi desenvolvida com o objetivo demonstrar a atuação do Serviço Social no acompanhamento das famílias beneficiárias inseridos no BPC e PBF, e a relevância do Cadastro Único ao desenvolver a Proteção Social Básica.

Com o intuito de responder o seguinte questionamento: Porque os beneficiários do Programa Bolsa Família e BPC têm dificuldades em saber como funcionam os programas em que estão inseridos. E o porquê tem que realizar o Cadastro Único?

Supondo que o pressuposto da dificuldade que os beneficiários inseridos nos programas BPC e PBF têm em saber como se executa os programas nos quais

estão inseridos, e qual a finalidade de realização do CadÚnico. Supondo que a dificuldade de compreensão seja consequência da falta de informações e esclarecimentos durante a oferta dos programas e no processo de requerimento.

Contou com o levantamento bibliográfico a partir de legislação, livros e artigos científicos para alcançar maior conhecimento do fenômeno investigado resultando na compreensão e precisão sensata do objeto estudado e sua realidade social.

Gil afirma que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem a análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (GIL, 2002, p. 44).

Além disso, foi elaborado um roteiro de entrevista de acordo com os questionamentos do problema da temática, para em seguida realizar a entrevista.

Para a realização da pesquisa de campo, foi elaborada entrevista com formulário estruturado com questões abertas e fechadas, priorizando a fala dos sujeitos e também o referencial teórico sobre o tema de estudo. Como afirma Gil:

Para a coleta de dados nos levantamentos são utilizadas as técnicas de interrogação: o questionário, a entrevista e o formulário. Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. Entrevista, por sua vez, pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação “face-a-face” e em que uma delas formula questões e a outra responde. Formulário, por fim, pode ser definido como a técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas. (GIL, 2002, p. 114-115).

Na pesquisa de campo foram aplicadas oito questões abertas a partir de formulário estruturado em que a fala dos entrevistados foram gravadas diante de autorização, por se tratar de uma técnica em que a fala dos entrevistados foram gravadas e transcritas a entrevista não haverá identificação dos beneficiários sendo usados neste estudo nomes fictícios. E informações como nome e endereço que de alguma forma identifique o participante não farão parte deste estudo. Entretanto, durante a aplicação do formulário os participantes assinaram o Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no intuito de assegurar a participação na pesquisa e a privacidade de informações.

Sendo assim os participantes da pesquisa são: três beneficiários do PBF e quatro beneficiários do BPC independentes de gênero. Com idade entre 25 e 65 anos. Os critérios de inclusão foram os beneficiários do BPC e Bolsa Família acompanhados pelo CRAS Pirapitinga maiores de 18 anos de idade e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados da entrevista foram coletados assim que os participantes da pesquisa assinaram o TCLE com o intuito de manter o sigilo e ética das experiências compartilhadas pelos entrevistados nos depoimentos orais, gravados em áudio e em seguida transcritos na íntegra, somente após ter sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Enfatizo que esta pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética de Pesquisa da UFU (CEP) sob CAAE nº 97197418.8.0000.5152, sendo realizada somente após aprovação mediante parecer nº 3.054.214.

Dessa forma o universo da pesquisa foi à cidade de Ituiutaba localizada no pontal do triângulo mineiro no estado de Minas Gerais com população estimada em 104.067 pessoas (IBGE, 2018).

O cenário foi o CRAS Pirapitinga, localizado na cidade de Ituiutaba (Minas Gerais), na Rua Uberlândia nº 535 do bairro Pirapitinga.

O CRAS Pirapitinga foi inaugurado na cidade de Ituiutaba em 5 de Agosto de 2017, e de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) além de moradores do bairro, o CRAS atendera moradores e famílias dos setores: Novo Tempo 2, Carlos Dias Leite, Sol Nascente 2, Marta Helena, Guimarães, Marcondes, Lagoa Azul 2, Hélio, Residencial Primavera, Cidade Jardim, Jardim Copacabana, e Jamila.

No CRAS Pirapitinga são desenvolvidas ações como: recepção e acolhimento de famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social; entrevista familiar; visitas domiciliares; oferta de serviços do PAIF; conhecimento, acompanhamento e apoio nas avaliações das famílias referenciadas e as beneficiárias do Benefício De Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF); palestras voltadas à comunidade e à família; oficinas de convivência e de trabalho socioeducativo para famílias; ações de capacitação e de inserção produtiva; vigilância social: produção e sistematização de informações que

possibilitem a construção de indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidades e riscos; campanhas socioeducativas; encaminhamento e acompanhamento de famílias; reuniões e ações comunitárias; articulação e fortalecimento de grupos sociais locais. Além de possuir o setor do CadÚnico.

Utilizou-se a abordagem qualitativa, pois o entrevistado tem liberdade para colocar seu ponto de vista. Além disso, possui características que correspondem às necessidades e objetivos do estudo como: coleta de dados; realização de entrevistas, com a aplicação de questionários.

E na perspectiva da pesquisa qualitativa, que segundo MARTINELLI “Não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm em função do que estamos buscando com a pesquisa”, assim o dado número vem complementar as informações sobre os sujeitos, ou seja, não são opostos eles se completam. Dessa forma, o delineamento da pesquisa é planejado, e coloca em prática, as técnicas citadas para investigação na realidade do tema pesquisado.

A análise dos dados se dará pelo estudo da pesquisa qualitativa com o intuito de perceber a vivência do sujeito e sua percepção sobre o tema citado sendo importante a fala dos sujeitos.

## **2.2 Análise de Dados**

A análise de dados foi realizada mediante as falas dos entrevistados, através da abordagem qualitativa.

Foram entrevistados três beneficiários do PBF e quatro beneficiários do BPC, depois de gravadas as falas foram transcritas. As entrevistas duraram de 10 a 15 minutos.

Para preservar o sigilo e evitar a identificação os entrevistados neste estudo serão citados através de nomes fictícios: entrevistado 1-Carolina, entrevistado 2 - Dandara, entrevistado 3- Fred, entrevistado 4- Ilma, entrevistado 5- Madalena, entrevistado 6- Maria e entrevistado 7- Max.

A seguir os dados demográficos dos participantes:

**QUADRO 1: PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS BPC.**

<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>FILHOS</b>	<b>GENÉRO</b>
Dandara	46	Ensino Fundamental Incompleto	Solteiro	3	Feminino
Fred	64	Nunca estudou	Solteiro	2	Masculino
Ilma	51	Ensino Médio	Solteiro	2	Feminino
Max	67	Ensino Fundamental Incompleto	Casado	3	Masculino

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Nas entrevistas para coleta de dados foram entrevistados quatro beneficiários do BPC: Dandara, Fred, Ilma e Max. Sendo dois homens e duas mulheres, com idade entre 46 e 67 anos. Os entrevistados têm em média 2 filhos. E sobre o estado civil somente Max é casado, o restante são solteiros.

Em relação à escolaridade a maioria dos beneficiários não chegaram ao ensino médio, com exceção de Ilma que relatou ter terminado o ensino médio. Observa-se que, entre os beneficiários do BPC a escolaridade é baixa, como foi citado por alguns entrevistados:

“Eu tive uns problemas de cabeça... tive que sair para poder ajudar minha mãe a trabalhar e meu pai não tinha condições de me manter fora de casa pra estudar”. (DANDARA, 2019).

“Nada, frequentei três meses, mas não aprendi nada.” (MAX, 2019).

Observa-se que a escolaridade dos entrevistados é baixa, e relatam que tiveram dificuldades para estudar e se manterem matriculados, pois tinham que trabalhar para ajudar na renda familiar.

**QUADRO 2: PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.**

<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>FILHOS</b>	<b>GÊNERO</b>
Carolina	45	Ensino Fundamental Incompleto	União Estável	4	Feminino
Madalena	Não sabe	Nunca estudou	Casado	3	Feminino
Maria	57	Ensino Médio Incompleto	Divorciado	1	Feminino

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Nas entrevistas para coleta de dados foram entrevistados três beneficiários do PBF. Sendo todas mulheres, com idade entre 45 e 57 anos, com exceção de Madalena que não soube informar a sua idade. Os entrevistados têm em média 2 filhos. E sobre o estado civil dois entrevistados tem companheiros e um é divorciado.

Em relação à escolaridade nenhum dos entrevistados completou os estudos, sendo que Madalena disse que nunca frequentou a escola e sabia somente assinar o nome.

“Nunca estudei, meu nome eu aprendi sozinha. Eu tive vontade de frequentar, mas tive que mexer com reciclagem.” (MADALENA, 2019).

Portanto, é notável que a maioria dos beneficiários entrevistados seja do BPC e do PBF tiveram dificuldades para estudar e alguns não chegaram a frequentar a escola pelo motivo de precisarem trabalhar para ajudar a família financeiramente.

O que dificulta a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho por não terem escolaridade, sendo empregadas em trabalhos informais e precários os quais não garantem aos trabalhadores renda suficiente para sua subsistência e tampouco garantir direitos trabalhistas.

O formulário da pesquisa incluía oito perguntas as quais serão descritas nas análises a seguir.

Quando questionados em relação às informações fornecidas para realizar o Cadastro Único os beneficiários responderam da seguinte forma:

**QUADRO 3: INFORMAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO**

<b>Entrevistado</b>	<b>Benefício</b>	<b>Respostas</b>
Dandara	BPC	Não, não falaram. E se falou, eu não lembro.
Fred	BPC	Sim, falaram que era pra não perder o benefício.
Ilma	BPC	Sim, apesar de que é ele é bom pra varias coisas que eu não tenho conhecimento.
Max	BPC	Sim.
Carolina	PBF	Sim, as meninas do postinho todo mês vão lá em casa me levar o papel por causa do acompanhamento do PSF.
Madalena	PBF	Sim, pra comprovar minhas contas, contas de agua e luz.
Maria	PBF	Sim, como eu fiquei doente e sozinha uma assistente social falou pra mim como era as condições dele e para que ele serviria.

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Ao serem questionados se foram informados da finalidade de fazer o CadÚnico, muitos tiveram dificuldades em distinguir o cadastro do benefício recebido, como Carolina beneficiária do PBF, que confunde o CadÚnico com o acompanhamento realizado pelo Programa de Saúde da Família (PSF).

“Sim, as meninas do postinho todo mês vão lá em casa me levar o papel por causa do acompanhamento do PSF”. (CAROLINA 2019).

Fred que é beneficiário do BPC afirma que o CadÚnico serve para não perder o benefício. Dandara não se recorda se foi informada o motivo de se fazer o cadastro. E Ilma disse que nele contém varias coisas as quais não tem conhecimento.

“Falaram que era pra não perder o benefício”. (FRED, 2019).

É importante que neste processo que os cadastradores interajam com a Política de Assistência e os programas oferecidos nas instituições que tem localizados os setores de cadastro do CadÚnico, tal como no CRAS. Pois dessa forma os usuários que procurarem o setor de cadastro do CRAS possam ser instruídos para qual objetivo se é realizado o CadÚnico.

Tendo o assistente social atuação importante nesse processo no intuito de garantir o esclarecimento de dúvidas dos cidadãos, para que esses cadastrados possam ser esclarecidos em relação ao programa em que estão sendo inseridos antes de se tornarem beneficiários.

Dessa forma os beneficiários reconheceram os programas como direitos sociais, como no caso de Maria em que a assistente social identificou uma vulnerabilidade social e a instruiu para o acesso do Bolsa Família, explicando como funciona o programa e o motivo dela ter direito.

“Sim, como eu fiquei doente e sozinha uma assistente social falou pra mim como era as condições dele e para que ele serviria.” (MARIA, 2019).

Ao indagar se atualizam o CadÚnico quando ha mudanças na realidade da família, relataram que:

#### QUADRO 4: ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO

Entrevistado	Benefício	Respostas
Dandara	BPC	Sim.
Fred	BPC	Sim, atualizei esses dias. Todo ano eu atualizo.
Ilma	BPC	Sim, sempre atualizo ta tudo certinho.
Max	BPC	Sim, eu sempre passo saber como que ta.
Carolina	PBF	Sim, atualizo de 2 em 2 anos. Atualizei agora porque meus netinhos nasceram e eu tenho a guarda deles.
Madalena	PBF	Sim, toda vez que venho aqui no CRAS mexer com a Bolsa Família eu atualizo.
Maria	PBF	Sim. Está atualizado, porque eu tenho a casa da prefeitura.

Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Nesta pergunta todos os beneficiários dos programas dizem atualizar o CadÚnico de acordo com as mudanças ocorridas na realidade das famílias. E é perceptível que essa atualização ocorre diante das condicionalidades colocadas pelos programas e também por ser obrigatório estar inserido no CadÚnico para poder receber o benefício assim a cada dois anos tem que comparecer para atualiza-lo ou, perdem o benefício.

E atualizam por estarem inseridos em outros programas do governo Federal como o Programa Minha Casa Minha Vida, como relatou Maria beneficiária do PBF.

Depois foi questionado se os beneficiários entendem o funcionamento e execução dos programas nos quais são beneficiários.

#### **QUADRO 5: FUNCIONAMENTO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS: BPC E PBF.**

<b>Entrevistado</b>	<b>Benefício</b>	<b>Respostas</b>
Dandara	BPC	Sim, e só recebe quem esta precisando, como quem tem “problema de cabeça”, quem é deficiente.
Fred	BPC	Não, não sei.
Ilma	BPC	Sim, o BPC esta pagando a clínica de recuperação em que meu filho esta internado.
Max	BPC	Sim, o LOAS eu recebo por idade por que eu tentei aposentar por invalidez durante 4 anos e não consegui.
Carolina	PBF	Sim, tem que atualizar de 2 em 2 anos. Tem o acompanhamento das crianças, as vacinas e na escola.
Madalena	PBF	Sim, porque todo ano eu faço o cadastro né.
Maria	PBF	Sim, eu recebi um termo que tem varias regras que a Caixa Econômica passou. Estou bem por dentro, porque quando o benefício é aprovado recebi uma carta com bastante regrinhas.

Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Os participantes que são beneficiários do BPC têm o discernimento que este programa é destinado para idosos e pessoas com deficiência. E que por motivos diversos não conseguem ou podem trabalhar.

Somente um beneficiário do BPC, o Fred não soube responder como é o funcionamento e execução do BPC. E Max conhece o BPC como LOAS, essa denominação é muito comum entre os beneficiários do BPC.

Mas ao questionar os beneficiários do BPC sobre o que entendiam do benefício, os entrevistados respondem com certa dificuldade em formular a resposta. Entendem como se fosse um benefício previdenciário, porém com a diferença de não receber o décimo terceiro.

E os beneficiários do PBF entrevistados entendem o programa, mas o identificam através das suas condicionalidades, pois entendem que através delas é que o Programa Bolsa Família é desenvolvido, como foi mencionado por Carolina e Maria ficou claro que entendem. Se as condicionalidades não forem cumpridas o benefício corre o risco de ser bloqueado.

“Tem que atualizar de 2 em 2 anos. Tem o acompanhamento das crianças, as vacinas e na escola”. (CAROLINA, 2019).

“Eu recebi um termo que tem varias regras que a Caixa Econômica passou. Estou bem por dentro, porque quando o benefício é aprovado recebi uma carta com bastante regrinhas.” (MARIA, 2019).

Foi perguntado aos participantes se eles participam de discussões do município, como por exemplo: Conferências Municipais; reuniões de bairro, no CRAS, postos de saúde; sessões abertas na Câmara de vereadores e entre outros.

**QUADRO 6: PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS, CONFERÊNCIAS E ENTRE OUTROS.**

<b>Entrevistado</b>	<b>Benefício</b>	<b>Respostas</b>
Dandara	BPC	Não. Mas eu venho nas reuniões do CRAS.
Fred	BPC	Não. A primeira vez que venho numa do CRAS.
Ilma	BPC	Sim, algumas vezes eu vou e acho interessante.
Max	BPC	Não. Mas as reuniões do CRAS eu acompanho todas.
Carolina	PBF	Sim, nem presidente de bairro a gente tem mais. Mas nas reuniões do postinho eu sempre vou, as do CRAS também.
Madalena	PBF	Sim, eu vou. Já fui muitas vezes.
Maria	PBF	Sim. Amo participar. No CRAS tem muitas palestras com muitos informativos inclusive a reunião da semana passada fiquei sabendo de muita coisa como: a situação da água, a dengue. E de vez em quando tem algum debate da prefeitura eu gosto de participar, ao menos escutar, não interferir.

Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Quando questionados sobre a participação em discussões do município dos beneficiários do BPC somente Ilma participa, e relatou que acha interessante participar. Os beneficiários Dandara, Fred e Max não participam de discussões no município e comparecem as reuniões do CRAS, pois é uma obrigatoriedade para pegar a cesta básica, segundo relato deles.

Já os beneficiários do PBF todas responderam que participam, e Maria demonstrou ter bastante participação social no município e disse que gosta de comparecer nessas discussões para poder aprender e que gosta de ouvir, mas

prefere não interferir. E ainda complementou comentando das conferências municipais nas quais participou.

Na próxima tabela é descrito como os participantes entendem da função profissional do assistente social:

#### QUADRO 7: ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL.

Entrevistado	Benefício	Respostas
Dandara	BPC	Sim, elas passam saber se eu tenho alguma coisa, se tô precisando das coisas. Me ajudam muito.
Fred	BPC	Não. Ela só faz umas perguntas.
Ilma	BPC	Sim, eu tenho noção que é atender o lado social da pessoa e cada caso é um caso. Muitas coisas colocam só no papel, na pratica mesmo não é realizado.
Max	BPC	Não, não sei. Não faço ideia. O meu benefício eu consegui por fora uma amiga minha me ajudou.
Carolina	PBF	Sim, elas fazem um monte pergunta pra gente. Pergunta como ta a família em casa, como ta vivendo, vão lá em casa.
Madalena	PBF	Sim, serve pra muita coisa, pra nós mesmos né. Pra mim ela faz muita coisa, me da a cesta básica, me da à Bolsa Família.
Maria	PBF	Sim, são funções perfeitas. Inclusive as que eu tenho contato as daqui do CRAS, nos atendimento eu não me senti acanhada, porque tem coisas que dói falar. E eu tenho medo da desconfiança, do julgamento. E foi tudo perfeito.

Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Ao serem perguntados se sabiam da função do assistente social, percebi que cada um dos entrevistados tem uma visão diferente do profissional.

Para aqueles beneficiários que são acompanhados pelo CRAS o assistente social tem um caráter de acolhimento, seja no atendimento e nas visitas domiciliares.

“Elas passam saber se eu tenho alguma coisa, se tô precisando das coisas. Me ajudam muito” (DANDARA 2019).

“São funções perfeitas. Inclusive as que eu tenho contato as daqui do CRAS, nos atendimento eu não me senti acanhada, porque tem coisas que dói falar. E eu tenho medo da desconfiança, do julgamento. E foi tudo perfeito”. (MARIA, 2019).

Ilma que é beneficiária do BPC relatou que entende a função do assistente social, e faz uma crítica de momentos que precisou do Serviço Social em relação ao filho que é dependente de drogas ilícitas, porém não foi assistida.

“Eu tenho noção que é atender o lado social da pessoa e cada caso é um caso. Muitas coisas colocam só no papel, na pratica mesmo não é realizado”. (Ilma, 2019).

Max também beneficiário do BPC relacionou a função do assistente social com o benefício, não sabendo informar a função do profissional. E Fred não soube dizer, somente sabia que “Ela só faz umas perguntas”.

“Não, não sei. Não faço ideia. O meu benefício eu consegui por fora uma amiga minha me ajudou”. (MAX, 2019).

Por sua vez, Madalena que é beneficiária do PBF relaciona o assistente social como o profissional que “da às coisas”. Não reconhece como direito as concessões que lhe são garantidas através da Assistência Social.

“Sim, serve pra muita coisa, pra nós mesmos né. Pra mim ela faz muita coisa, me da a cesta básica, me da à Bolsa Família”. (Madalena, 2019).

Percebe-se que as falas demonstram o Assistente Social como um profissional que “ajuda” e que “da” as coisas. Evidenciando assim, que muitos usuários por falta

de informações e esclarecimentos ainda tem a visão filantrópica do Serviço Social e dos profissionais, dificultando assim o esclarecimento da atuação profissional como direito social e na garantia de direitos. Os Programas e os Benefícios eventuais como doações por generosidade ou piedade.

Ao perguntar se os entrevistados reconhecem o benefício como direito social, responderam da seguinte forma:

#### QUADRO 8: BENEFÍCIO COMO DIREITO SOCIAL

Entrevistado	Benefício	Respostas
Dandara	BPC	Sim, por que eu não dou conta de trabalhar uai. Eu preciso aí o governo me ajuda.
Fred	BPC	Sim, é um direito.
Ilma	BPC	Sim, é muito maravilhoso. E mais que merecido e o caso do meu filho era gravíssimo. Não tinha condições de trabalhar por ser uma pessoa desequilibrada.
Max	BPC	Sim, para mim é um direito porque a idade chegou.
Carolina	PBF	Sim, pra mim é como um direito de quem precisa. Porque tem muita gente que não precisa e pega.
Madalena	PBF	Sim, sei que é.
Maria	PBF	Sim, eu percebo como direito, mas eu valorizo ele de outra forma porque a necessidade é tão grande que não é uma obrigação deles (governo). É um direito meu, mas não uma obrigação. Dentro do contexto da necessidade, é um direito meu.

Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Nesta pergunta todos responderam que consideram os benefícios recebidos como direito. Porém, notei que mesmo alguns entrevistados que consideram o programa que recebem como direito ao justificarem a resposta acabam dizendo que o governo ajuda ao conceder o benefício.

“Sim, por que eu não dou conta de trabalhar uai. Eu preciso aí o governo me ajuda” (DANDARA, beneficiária BPC, 2019).

“Sim, eu percebo como direito, mas eu valorizo ele de outra forma porque a necessidade é tão grande que não é uma obrigação deles (governo). É um direito meu, mas não uma obrigação. Dentro do contexto da necessidade, é um direito meu.” (MARIA, 2019).

Os outros beneficiários disseram que consideram como direito.

“Sim, é um direito”. (FRED, 2019).

“Sim, é muito maravilhoso. E mais que merecido e o caso do meu filho era gravíssimo. Não tinha condições de trabalhar por ser uma pessoa desequilibrada.” (Ilma, 2019).

“Sim, para mim é um direito porque a idade chegou”. (MAX, 2019).

“Sim, pra mim é como um direito de quem precisa...” (CAROLINA, 2019).

“Sim, sei que é” (MADALENA, 2019).

Quando indagados sobre o acompanhamento de outras instituições além do CRAS como, por exemplo: CRAS, CREAS, CAPS, Posto de Saúde, escola CRAS, CREAS, CAPS, Posto de Saúde, escola, dentre outros. Responderam que:

#### QUADRO 9: ACOMPANHAMENTO EM OUTRAS INSTITUIÇÕES

Entrevistado	Benefício	Respostas
Dandara	BPC	Sim, faço tratamento no CAPS por que tenho problema de cabeça né, as assistentes sociais de la vão la em casa. No postinho de saúde eu busco os remédios.
Fred	BPC	Sim, minha mulher vai lá no postinho de saúde.
Ilma	BPC	Sim, aqui no CRAS, na Unidade Mista porque tenho depressão e meu filho não teve aceitação do tratamento do CAPS.
Max	BPC	Sim, no postinho de saúde eu pego os remédios.
Carolina	PBF	Sim, tenho acompanhamento na Unidade Mista por causa do problema de coração. O PSF também. E as crianças tem o acompanhamento da escola.
Madalena	PBF	Sim, venho aqui no CRAS, no Pronto Socorro. E minha filha da escola.
Maria	PBF	Sim, além do CRAS eu participo do acompanhamento para diabetes e pressão arterial uma vez ao mês no PSF. Inclusive me ofereceram a psicóloga que é uma vez ao mês também.

Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Em relação ao acompanhamento dos entrevistados em instituições, todos afirmaram que tem acompanhamentos. A maioria citou que recebe acompanhamento do CRAS e alguns do CAPS. E também da Saúde, com acompanhamentos dos PSF, postinho de saúde e Unidade Mista, seja para consultas médicas e retirada de medicamentos.

Somente os beneficiários do PBF citaram receber acompanhamento escolar, pelo fato de terem filhos e netos matriculados na rede de educação.

Para finalizar foi perguntado se os entrevistados sabiam o que significa Proteção Social Básica, pois no território é onde se localiza o CRAS: unidade pública responsável pela proteção básica, com ênfase na família e no território. E obtive as seguintes respostas:

#### **QUADRO 10: SIGNIFICADO DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA?**

<b>Entrevistado</b>	<b>Benefício</b>	<b>Respostas</b>
Dandara	BPC	Não.
Fred	BPC	Não.
Ilma	BPC	Não.
Max	BPC	Não.
Carolina	PBF	Não.
Madalena	PBF	Não.
Maria	PBF	Não, não sei.

Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Nesta pergunta todos os entrevistados não souberam o que significa a Proteção Social Básica, e ficaram curiosos em saber do que se tratava.

De forma breve e simples expliquei que a proteção social básica deve prover igualdade de acesso e oportunidades a todos os indivíduos e tem seu propósito na prevenção da vulnerabilidade social dos indivíduos. Conforme ocorre a identificação de cada situação de vulnerabilidade, a proteção social básica exerce o desenvolvimento de serviços, programas e projetos para que ocorra entre as famílias e os indivíduos a convivência e socialização. Como também a oferta de benefícios de prestação continuada e os eventuais.

Portanto a Proteção Social Básica é realizada no CRAS, sendo uma Unidade Pública responsável pela oferta de serviços continuados de proteção básica com ênfase na família e no território.

Cabe aqui à reflexão que os profissionais que trabalham no CRAS não dão visibilidade para a Proteção Social Básica, não é colocado que ela faz parte da Assistência Social com ênfase no território no qual o CRAS abrange.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao concluir este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), percebe-se que a partir da Pesquisa de Campo que os beneficiários inseridos nos programas BPC e PBF têm dificuldade em saber como se executa os programas nos quais estão inseridos, surgindo assim a dificuldade de compreensão do funcionamento dos programas e a falta de informações e esclarecimentos durante a oferta e requerimento dos programas.

O CadÚnico é uma ferramenta para Programas Sociais do Governo Federal o qual identifica e caracteriza famílias de baixa renda para conhecimento da realidade socioeconômica dessa população.

O qual faz parte da Proteção Social Básica no que se refere à inclusão de famílias em programas e benefícios criados pelo Governo Federal, identificando e conhecendo essas famílias através do CadÚnico.

Durante o desenvolvimento do estudo a realização do CadÚnico se destacou, pois o CadÚnico é a porta de entrada dos beneficiários para acesso aos programas com transferência de renda, como o BPC e PBF os quais são pesquisados neste estudo.

Além disso, as informações declaradas pelos cidadãos no cadastro contribuem de forma significativa para o conhecimento da situação social e possíveis vulnerabilidades sociais nas famílias, através das informações declaradas durante o cadastramento.

Dessa forma, colaborando significativamente para a elaboração de Programas na Proteção Social Básica, de acordo com as demandas do município. Sendo que os Estados e Municípios também utilizam os dados do CadÚnico como base para seus Programas Sociais.

Durante a etapa de cadastramento dos usuários é necessário que os cidadãos sejam informados e orientados da necessidade das informações nele prestadas e os programas nos quais poderão ser inseridos através do CadÚnico, como os Programas: BPC e PBF.

Assim, é importante que os cadastradores no setor do CadÚnico tenham conhecimento de como funciona a Política de Assistência Social no CRAS, e os serviços, programas e projetos ofertados na Proteção Social Básica. Pois dessa forma, os usuários ao procurarem o setor de cadastro do CRAS poderão ser instruídos para qual objetivo se é realizado o CadÚnico.

Por isso, é imprescindível que os trabalhadores do SUAS sejam capacitados, pois assim as informações transmitidas resultarão para os usuários um maior entendimento e clareza durante todo o processo desde o Cadastro Único até a contemplação do benefício.

Portanto, é também neste momento fundamental a atuação do assistente social na contribuição da garantia dos direitos e proteção daqueles cidadãos que chegam ao CRAS, e ainda socializar para com os usuários as informações sobre os serviços, programas e projetos ofertados pela Proteção Social Básica, esclarecendo aos usuários sobre os objetivos e a abrangência de sua atuação profissional.

E, além disso, incentivar a participação dos usuários nas discussões, elaborações e decisões no âmbito Proteção Social Básica no município. Dessa forma, a construção política dos usuários em sociedade, proporcionara uma melhor relação dos mesmos como usuários da Assistência Social.

O CadÚnico é utilizado como base para ações preventivas e protetivas na Proteção Social Básica, por conter informações essenciais de seus usuários como: características da família e cada um de seus membros, relações de trabalho, renda, escolaridade, documentação civil, localização no território, condições da residência, acesso a rede de serviços, dentre outros.

Em relação às informações dos usuários colocadas no CadÚnico o Assistente Social diante disso pode utilizar dessas informações para desenvolver possibilidades de intervenção com as famílias da Proteção Social Básica, fortalecendo assim os vínculos entre profissional e usuários.

Por outro lado, o profissional não deve utilizar dessas informações com caráter fiscalizador, no intuito de avaliar se os usuários merecem ou não ser inseridos como beneficiários dos Programas.

No que se refere ao BPC e PBF, diante das entrevistas com os beneficiários, são programas de transferência de renda muito importantes na vida e autonomia dos beneficiários. Pois, através desses programas os beneficiários conseguem realizar a subsistência de suas famílias, aos quais em sua maioria relataram que não tiveram oportunidade de escolarização e inserção no mercado de trabalho formal.

Sendo que o benefício na maioria das vezes é a única oportunidade para a melhoria na condição precária de vida que os beneficiários têm na mudança social e econômica dos usuários e suas famílias.

E dessa forma as condicionalidades, devem ter a função de acompanhar o desenvolvimento e autonomia das famílias e colaborar para as mediações dos assistentes sociais, e outros profissionais e instituições da Política de Assistência, assim a atualização do Cadastro não ser vista como apenas uma condicionalidade, mas também uma forma de acompanhamento da realidade do beneficiário.

Assim, o CadÚnico frente à atuação do assistente social contribui em vários fatores, e cabe ao profissional avaliar a melhor maneira de utilizar as informações do CadÚnico para realizar intervenções críticas e fundamentadas amparadas pelo Código de Ética Profissional. O compromisso ético para com os beneficiários em relação à informação e esclarecimento das funcionalidades sobre os Programas e oferta de serviços, e posteriormente o acompanhamento dos beneficiários do BPC e PBF na Proteção Social Básica através do território em que o CRAS é localizado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**, de 7 de junho de 1993, Brasília, DF, jun. 1993.

BRASIL, Lei nº8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Cad Suas**. Disponível em:  
<http://blog.mds.gov.br/redesuas/sistemas/cadsuas/> Acesso em 17/04/19

BRASIL. **Cadastro em dia**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/cadastro-em-dia>. Acesso em 19 de Abril.

BRASIL. **Cadastro Único**. Disponível em:  
<http://www.caixa.gov.br/cadastros/cadastro-unico/Paginas/default.aspx> Acesso em 17/04/19.

BRASIL. **CECAD**. Disponível em  
<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/auth/index.php>. Acesso em 17/04/19.

BRASIL. **Censo SUAS**. Disponível em:  
<http://blog.mds.gov.br/redesuas/sistemas/censo-suas/> Acesso em 17/04/19

BRASIL. **Como funciona o Programa Bolsa Família**. Disponível em:  
<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>. Acesso em 30 de Abril.

BRASIL. **Como se cadastrar**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/como-se-cadastrar>  
<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/como-se-cadastrar>. Acesso em 19 de Abril.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. Decreto n. 6.135 de 26 de jun. 2007. Brasília, DF, jun. 2007.

BRASIL. **Decreto n. 6.135 de 26 de jun. 2007**. Brasília, DF, jun. 2007.

BRASIL. **Decreto n. 7.334, de 19 de out. de 2010**. Brasília, DF, out. 2010.

BRASIL. **Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Brasília, DF, jan. 2014.

BRASIL. **LEI Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **FECAM. Federação Catarinense de Municípios**. Título. Disponível em:  
[http://antigo.fecam.org.br/arquivosbd/basico/0.752944001273163925\\_paif\\_\\_\\_apresentacao.pdf](http://antigo.fecam.org.br/arquivosbd/basico/0.752944001273163925_paif___apresentacao.pdf). Acesso em 23 de julho de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à FOME. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS: Construindo As Bases Para A Implantação Do Sistema Único De Assistência Social**. Brasília: Governo Federal, 2005. 84 p.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Social**. Disponível em:  
<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/institucional>. Acesso em 25 de julho de 2017.

BRASIL. **O que é e para que serve o Cadastro Único**. Disponível em:  
<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>. Acesso em 19 de Abril.

BRASIL. Resolução n. 13, de 4 DE JULHO de 2013. Disponível em:  
[http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/cit/2013/Resolu%C3%A7%C3%A3o\\_CIT\\_n%C2%BA13\\_2013\\_Prioridade-e-metas-do-Pacto-Municipal-2014-2017\\_1%C2%AA-Parte.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cit/2013/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CIT_n%C2%BA13_2013_Prioridade-e-metas-do-Pacto-Municipal-2014-2017_1%C2%AA-Parte.pdf). Acesso em 30 de Abril.

BRASIL. **Sicon**. Disponível em:  
[http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/renda\\_cidadania/biblioteca/manual\\_sicon.pdf](http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/renda_cidadania/biblioteca/manual_sicon.pdf). Acesso em 17/04/19

BRASIL. **SISC**. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/sistemas/sisc/>  
 Acesso em 17/04/19

BRASIL. SOCIAL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
 Secretaria Nacional de Assistência. **Política Nacional De Assistência Social**.

BRASIL. **PNAS/ 2004: Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília: Governo Federal, 2005.

BRASIL. **SUAS Web**. Disponível em:  
<http://blog.mds.gov.br/redesuas/sistemas/suasweb/> Acesso em 17/04/19

BRASIL. **20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília, 2013. 248 p.

BRASIL. **Caderno de orientações: a prevenção e o trabalho social com famílias na proteção social básica**. Brasília, 2016. 146 p.

BRASIL. **Curso de introdução à atualização sobre especificidade e interfaces da Proteção Social Básica no SUAS**. Brasília, 2016. 234 p.

BRASIL. **Suas Web**. Disponível em:  
 <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/sistemas/suasweb/><http://blog.mds.gov.br/redesuas/sistemas/suasweb/>>. Acesso em: 17 abr. 2019

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Conselho Federal de Assistência Serviço Social. Brasília, 2011. 36 p.

COBO, Barbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda: Contextos e desafios**. São Paulo: Cortez, 2012.

CORTEZ, José Xavier (Ed.). Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p.613-807, nov. 2015. Trimestral.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al. **O Sistema Único de Assistência**

**Social no Brasil: uma realidade em movimento.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2017. Cap. 2. p. 61-94.

EDITORA, Cortez (Ed.). Crise, seguridade social e regressão de direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p.395-598, set. 2017. Quadrimestral.

FERBER, Ludmila. **Nunca pare de lutar.** Rio de Janeiro: Kairós Music, 2005. Canto.

FOCO, Pontal em. **CRAS é inaugurado no Pirapitinga.** Disponível em: <<http://pontalemfoco.com.br/acontece/cras-e-inaugurado-no-pirapitinga/>>. Acesso em: 17 maio 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População de Ituiutaba.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em 30 de maio de 2019.

IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2014. 640 p.

RAICHELIS, Raquel; SANT'ANA, Raquel Santos (Ed.). Crise, seguridade social e regressão de direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, p.395-598, set. 2017. Quadrimestral.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A – FORMULARIO PARA ENTREVISTAS****UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - CAMPUS PONTAL****ROTEIRO ENTREVISTA**

Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Filhos: \_\_\_\_\_

Quanto tempo recebe o benefício: BPC ( ) PBF ( ) \_\_\_\_\_

**Marque com um X na resposta correspondente:**

**1- Você atualiza seu cadastro único quando acontece alguma mudança na realidade social da família? Como por exemplo: nascimento ou morte de alguém na família, saída de um integrante para outra casa, mudança de endereço, entrada das crianças na escola ou transferência de escola, aumento ou diminuição da renda, entre outros?**

a-SIM ( )

b-NÃO ( )

**2- Você sabe como funciona e a execução do Programa Bolsa Família e/ou Benefício de Prestação Continuada (BPC)?**

a-SIM ( )

b-NÃO ( )

c- Se sim, como?

**3- Ao fazer o Cadastro Único você foi informado para que serve este cadastro?**

a-SIM ( )

b-NÃO ( )

**4- Você participa de discussões no município? Como: Conferências Municipais; reuniões de bairro, no Cras, postos de saúde; sessões abertas na Câmara de vereadores; etc.?**

a- SIM ( )

b- NÃO ( )

**5- Você sabe a função do assistente social no seu atendimento?**

a- SIM ( )

b- NÃO ( )

c- Se sim, qual/ quais?

**6- Você percebe o benefício recebido como direito social?**

a- ( ) Sim, entendo.

b- ( ) Não, é somente uma ajuda que recebo do governo.

c- ( ) Não sei.

**7- Você recebe acompanhamento de alguma instituição? Como por exemplo: CRAS, CREAS, CAP'S, Posto de Saúde, escola?**

a-SIM ( )

b-NÃO ( )

c- Se sim, qual/ quais?

**8- Você sabe o que significa a Proteção Social Básica?**

a-SIM ( )

b-NÃO ( )

c-Tenho uma ideia ( )

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você esta sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “O CADASTRO ÚNICO NA CIDADE DE ITUIUTABA E SUA RELEVÂNCIA NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Ana Luiza Bernardes Pereira Xavier, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Prof.(a). Dr.(a) Luzilene de Almeida Martiniano. Nesta pesquisa nós estamos buscando demonstrar a importância do trabalho do assistente social com as famílias cadastradas no CadÚnico e sua relevância ao desenvolver a Proteção Social Básica no município de Ituiutaba. Com o objetivo de identificar o perfil das famílias referenciadas no CadÚnico e garantir que os cadastrados estejam inseridos nas discussões para elaborar a proteção social básica de acordo com as demandas do município. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador Ana Luiza Bernardes Pereira Xavier no momento da entrevista que ocorrerá no CRAS Pirapitinga deste município. A sua participação neste estudo é voluntária não sendo obrigatória à colaboração de informações, o que não ocasionará nenhum prejuízo no atendimento prestado pela instituição. Tendo a livre escolha de participar e colaborar neste estudo. Na sua participação, você colaborará para identificar dificuldades encontradas pelos assistentes sociais de Ituiutaba em relação ao acompanhamento e vínculo com os beneficiários cadastrados no CadÚnico e inseridos em programas de Proteção Social Básica como o PBF (Programa Bolsa Família e BPC (Benefício de Prestação Continuada)). E a dificuldade dos usuários em conhecer como se executa os serviços em que estão inseridos. A pesquisa será feita por meio de entrevista através de questionários com várias questões e perguntas a serem preenchidas pelos participantes, com o prazo no máximo de trinta minutos. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa. Os riscos consistem na identificação dos participantes, mas informações como nome e endereço que de alguma forma os identifique não farão parte deste estudo. Assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em que dá o compromisso de privacidade ao participante dos dados pessoais obtidos, assegurando a participação na pesquisa e uso de dados somente dos fins aqui propostos. Os benefícios desta pesquisa é identificar as dificuldades encontradas pelos assistentes sociais de Ituiutaba em relação ao acompanhamento e vínculo com os beneficiários cadastrados no CadÚnico e inseridos em programas de Proteção Social Básica como o Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC), assim como a dificuldade dos usuários em conhecer como se executa os serviços em que estão inseridos. E através deste vínculo desenvolver com a sociedade a Proteção social básica de acordo com as demandas daquela abrangência. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Ana Luiza Bernardes Pereira Xavier e Luzilene de Almeida Martiniano na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Rua Vinte, nº1600, Tupã, *campus* Pontal – Ituiutaba/MG; telefone: (34)3271-5262. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Ituiutaba, de de 2019.

---

Assinatura do (s) pesquisador (es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

---

Assinatura do participante da pesquisa

**ANEXOS**

## ANEXO – DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA COM SERES HUMANOS.



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O CADASTRO ÚNICO NA CIDADE DE ITUIUTABA E SUA RELEVÂNCIA NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

**Pesquisador:** Luzilene de Almeida Martiniano

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 97197418.8.0000.5152

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.927.370

#### Apresentação do Projeto:

O protocolo de pesquisa intitulado "O CADASTRO ÚNICO NA CIDADE DE ITUIUTABA E SUA RELEVÂNCIA NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA" pretende demonstrar a importância do trabalho do assistente social com as famílias cadastradas no CadÚnico e sua importância ao desenvolver a Proteção Social Básica no município de Ituiutaba. De acordo com as pesquisadoras, proteção social é o conjunto de ações e programas que buscam enfrentar a pobreza e a vulnerabilidade crescentes na sociedade. Utilizando de serviços e benefícios assegurados como direito quanto para diferentes programas e ações que visam o enfrentamento de diferentes níveis de privação, risco e vulnerabilidade social. Sendo que a Proteção Social Básica visa à prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. É destinada à população que vive em situação de

vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social. Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade. Portanto a Proteção Social Básica é realizada no Centro de Referência da Assistência Social (Cras). As ações desenvolvidas no CRAS são: recepção e acolhimento de famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social; entrevista familiar; visitas domiciliares; oferta de serviços do PAIF; conhecimento, acompanhamento e apoio nas avaliações das famílias referenciadas e as beneficiárias do benefício de prestação continuada (BPC) e do

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica  
**Bairro:** Santa Mônica **CEP:** 38.408-144  
**UF:** MG **Município:** UBERLÂNDIA  
**Telefone:** (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
UBERLÂNDIA/MG



Continuação do Parecer: 2.927.370

programa bolsa família (PBF); palestras voltadas à comunidade e à família, etc. A PNAS (Política Nacional De Assistência Social) reconhece o PAIF como integrante da Proteção Social Básica. Por sua vez a Proteção Social Especial confere as famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil, dentre outras. Estas requerem acompanhamento individual

e maior flexibilidade nas soluções protetivas. É realizada no Centro De Referência Especializado Da Assistência Social (Creas). Dessa forma o Cras e Creas são unidades públicas estatais do campo de ações do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) que com as demais políticas públicas articulam, coordenam programas, projetos e benefícios da assistência social. O assistente social no desenvolvimento da profissão e acompanhamento das famílias utiliza dos recursos da proteção básica através dos programas e instituições que ela possui de acordo com a demanda de cada família assistida. Acontecendo assim o vínculo entre profissional e usuário em favor do desenvolvimento social e promoção humana do indivíduo. Podendo decorrer impasses que levam à interrupção nesse processo, daí a dificuldade do assistente social em acompanhar o desenvolvimento dessa família. Por esse motivo então é necessário que os cadastrados e beneficiários do CadÚnico atualizem seus dados sempre que ocorra alguma mudança nas informações antes colocadas. Para que o assistente social possa ter condições do processo de socialização e progressão das respectivas famílias acompanhadas. É essencial que as famílias cadastradas tenham conhecimento da estrutura e processo como se configura a Proteção Social Básica e Especial e a forma como são executadas os programas sociais e ações nas quais estão inseridos, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento e efetivação das políticas públicas no município de acordo com a demanda que os próprios usuários expressam.

**METODOLOGIA:** A metodologia adotada para realização desse estudo foi a pesquisa exploratória com o propósito de maior conhecimento e proximidade com o problema com a finalidade de deixá-lo compreensível. Dessa forma o universo da pesquisa será a cidade de Ituiutaba localizada no pontal do triângulo mineiro no estado de Minas Gerais com população estimada em 104.526 pessoas (IBGE, 2017). E o cenário da pesquisa será na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do município, que terá acesso aos cadastrados no cadastro único. Esta responde pela gestão do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, que é a política de proteção às pessoas, às circunstâncias e dentre elas, o seu principal núcleo de apoio: a família. O

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica  
**Bairro:** Santa Mônica **CEP:** 38.408-144  
**UF:** MG **Município:** UBERLÂNDIA  
**Telefone:** (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 2.927.370

método utilizado para a pesquisa de campo será o qualitativo, pois o entrevistado tem liberdade para colocar seu ponto de vista. Além disso, possui características que corresponde às necessidades e objetivos do estudo como: coleta de dados; realização de entrevistas, com a aplicação de questionários. E quantitativo, pois os dados podem ser organizados com técnicas estatísticas. Bem como o total de famílias inscritas no cadastro único segundo IBGE, 2017 na cidade de Ituiutaba é de 14.931 e 2.481 famílias beneficiárias do Bolsa Família. Dessa forma o delineamento da pesquisa é planejado e coloca em prática as técnicas citadas para investigação na realidade do tema proposto. As técnicas utilizadas na pesquisa de campo será por meio de entrevista que será feita através de questionários com série de questões e perguntas em que a coleta de dados é preenchida pelos informantes, sem necessidade da presença do pesquisador.

**CRITÉRIOS DE INCLUSÃO:** Critério de Inclusão: beneficiários da política de assistência na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social estando cadastrados pelo CadÚnico inseridos nos benefícios: BPC e Bolsa Família.

**CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO:** usuários inseridos em outros programas e projetos.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário: Demonstrar a importância do trabalho do assistente social com as famílias cadastradas no CadÚnico e sua relevância ao desenvolver a Proteção Social Básica no município de Ituiutaba.

Objetivo Secundário: identificar o perfil das famílias referenciadas no CadÚnico e garantir que os cadastrados estejam inseridos nas discussões para elaborar a proteção social básica de acordo com as demandas do município.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos: identificação dos usuários, mas informações como nome e endereço que de alguma forma identifique o participante não farão parte deste estudo. Assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em que dá o compromisso de privacidade ao participante dos dados pessoais obtidos, assegurando a participação na pesquisa e uso de dados somente dos fins propostos no TCLE.

Benefícios: identificar as dificuldades encontradas pelos assistentes sociais de Ituiutaba em relação ao acompanhamento e vínculo com os beneficiários cadastrados no CadÚnico e inseridos em

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica  
**Bairro:** Santa Mônica **CEP:** 38.408-144  
**UF:** MG **Município:** UBERLÂNDIA  
**Telefone:** (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 2.927.370

programas de Proteção Social Básica como o PBF e BPC, assim como a dificuldade dos usuários em conhecer como se executa os serviços em que estão inseridos. E através deste vínculo desenvolver com a sociedade a Proteção social básica de acordo com as demandas daquela abrangência.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Não há.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Termos devidamente anexados (folha de rosto, links para currículos, termo de compromisso, TCLE, instrumento de coleta de dados). Orçamento e cronograma adequados.

**Recomendações:**

Não há.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

PENDÊNCIAS:

A) De acordo com o protocolo: "o total de famílias inscritas no cadastro único segundo IBGE, 2017 na cidade de Ituiutaba é de 14.931", e serão recrutados 6 participantes de pesquisa. Esclarecer a forma de abordagem e critério de seleção para participar da pesquisa.

B) Onde será realizada a coleta de dados (na residência dos participantes? Na instituição co-participantes?) Prever gastos com transporte caso haja necessidade de deslocamento dos participantes para preenchimento do questionário.

C) O protocolo afirma que " O método utilizado para a pesquisa de campo será o qualitativo, pois o entrevistado tem liberdade para colocar seu ponto de vista". Porém, o arquivo denominado "roteiro de entrevista" contém apenas o questionário. Anexar o roteiro de entrevistas, a fim de demonstrar que o sigilo dos participantes será resguardado também neste momento de coleta. Indicar o tempo de que o participante deverá dispor para esta etapa.

=====

Responder às pendências em um documento (WORD[.doc] ou .pdf) anexo e alterar no corpo do

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica  
**Bairro:** Santa Mônica **CEP:** 38.408-144  
**UF:** MG **Município:** UBERLÂNDIA  
**Telefone:** (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 2.927.370

projeto os tópicos que forem diretamente impactados pelas respostas às pendências. Colocar os textos alterados em destaque (outra cor, por exemplo).

CASO O PESQUISADOR NÃO ANEXE ESTE DOCUMENTO COM O DETALHAMENTO DAS RESPOSTAS ÀS PENDÊNCIAS, O PROTOCOLO SERÁ DEVOLVIDO AO PESQUISADOR SEM TER SIDO ANALISADO PELO CEP E PERMANECERÁ COM PENDÊNCIAS.

O pesquisador tem prazo de 30 dias para responder à(s) pendência(s). Após este prazo o mesmo deverá submeter Novo PROTOCOLO de pesquisa para avaliação pelo sistema CEP/CONEP.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

OBS: o CEP/UFU informa que a recorrência de uma mesma pendência por três vezes acarretará na "NÃO APROVAÇÃO" do protocolo de pesquisa.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1143176.pdf	30/08/2018 16:19:27		Aceito
Outros	termoexe2018.pdf	30/08/2018 16:16:41	Luzilene de Almeida Martiniano	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	23/08/2018 21:19:02	ANA LUIZA BERNARDES PEREIRA XAVIER	Aceito
Outros	Roteiroentrevista.docx	23/08/2018 20:44:15	ANA LUIZA BERNARDES PEREIRA XAVIER	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoFinalizadoanlauiza.docx	23/08/2018 20:30:54	ANA LUIZA BERNARDES PEREIRA XAVIER	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	PesquisadoresLinksClattes2018.docx	30/07/2018 14:21:30	ANA LUIZA BERNARDES PEREIRA XAVIER	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	coparticipantealu2018.jpg	07/06/2018 17:12:35	ANA LUIZA BERNARDES PEREIRA XAVIER	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostopdf.pdf	25/05/2018 17:33:20	ANA LUIZA BERNARDES PEREIRA XAVIER	Aceito

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica  
**Bairro:** Santa Mônica **CEP:** 38.408-144  
**UF:** MG **Município:** UBERLÂNDIA  
**Telefone:** (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 2.927.370

**Situação do Parecer:**

Pendente

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

UBERLANDIA, 29 de Setembro de 2018

---

**Assinado por:**  
**Karine Rezende de Oliveira**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica  
**Bairro:** Santa Mônica **CEP:** 38.408-144  
**UF:** MG **Município:** UBERLANDIA  
**Telefone:** (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4335 **E-mail:** cep@propp.ufu.br